

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSO
PSICANÁLISE E LINGUAGEM: UMA OUTRA PSICOPATOLOGIA

**A CONSTITUIÇÃO DA PSICOSE EM FREUD E LACAN:
CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESQUIZOFRENIA E A PARANÓIA.**

ANA CRISTINA RODRIGUES VON ATZINGEN

Orientadora: Sandra Dias

Monografia apresentada como
parte dos requisitos para o
certificado de Especialização.

São Paulo

2009

ANA CRISTINA RODRIGUES VON ATZINGEN: A constituição psíquica da psicose em Freud e Lacan: considerações sobre a esquizofrenia e a paranóia. 2009.

Orientadora: Sandra Dias.

Palavras-chave: psicose, Freud, Lacan, esquizofrenia, paranóia.

RESUMO

A presente monografia é acerca da constituição psíquica da psicose para Freud e Lacan, e considerações sobre a especificidade de dois tipos clínicos desta: a esquizofrenia e a paranóia.

No primeiro capítulo o objetivo era retomar o que Freud formulou acerca da psicose e de sua constituição psíquica, as diferenças que estabeleceu com a neurose, o que observava de seus fenômenos. Já no segundo capítulo é feita uma retomada ao pensamento lacaniano: o que este avançou na compreensão da psicose. Retomo o que Lacan produziu acerca do estágio do espelho, o complexo de Édipo e sobre a forclusão do significante Nome-do-pai – conceito central na teorização da psicose.

O terceiro capítulo é sobre o delírio e o retorno do forcluído presente neste. No momento do surto, há uma desestabilização do quadro que o sujeito psicótico vivia até então: algo é abalado, o sujeito é convocado de um lugar que sua falta estrutural não lhe possibilita responder, enfim surge a alucinação ou mesmo a construção delirante de uma forma mais ou menos elaborada. Retomo a especificidade de dois tipos clínicos da psicose, a esquizofrenia e a paranóia, buscando elucidar as aproximações e diferenças destes tipos clínicos que freqüentemente apresentam-se combinados nas psicoses.

No quarto capítulo apresento as idéias sobre a psicose e o laço social. Há na psicose a impossibilidade de inserção da psicose no laço: é possível que o psicótico faça excursões ou incursões, experimente papéis e lugares, mas não há uma permanência no laço social tal qual o neurótico faz, e isso decorre da condição estrutural da psicose.

Já no quinto capítulo apresento duas vinhetas clínicas e as comentarei a partir da teoria. São dois casos de psicose que considero significativos por elucidarem pontos da teoria em que me propus aprofundar no presente trabalho.

SUMÁRIO

Introdução	pág. 04
Capítulo I – Freud e a psicose	pág. 07
Capítulo II – Lacan e a psicose	pág. 18
2.1 – O Estádio do espelho e a formação primordial do eu	pág. 18
2.2 – O Complexo de Édipo a partir da circulação do falo	pág. 22
2.3 – A forclusão do Nome-do-Pai	pág. 35
Capítulo III – O delírio e a metáfora delirante	pág. 42
3.1 – O surto e o retorno do forcluído	pág. 42
3.2 – A esquizofrenia e a paranóia em Lacan	pág. 52
Capítulo IV – Sobre a psicose e o laço social	pág. 57
Capítulo V – Articulações teórico-clínicas	pág. 61
5.1) ‘Eu não existo’ – a cegueira e a psicose	pág. 61
5.2) O “nome-da-mãe”, o psicótico e o contrato social	pág. 71
Considerações finais	pág. 79
Referências bibliográficas	pág. 81

Introdução

A presente monografia é acerca da constituição psíquica da psicose para Freud e Lacan, e considerações sobre a especificidade de dois tipos clínicos desta: a esquizofrenia e a paranóia.

No primeiro capítulo busco conceituar tal estrutura psíquica dentro das formulações freudianas. Assim, retomarei o que o autor analisa em relação à psicose, que o leva a situá-la como uma referência para o entendimento do funcionamento psíquico humano como um todo - até mesmo o neurótico. O autor situa o delírio no sentido de que este vem para dar sentido e coesão ao que não o tem para o psicótico. Sendo assim, o que poderia ser interpretado como produto patológico é, para Freud, uma tentativa de restabelecimento ou processo de reconstrução que acontece com cada psicótico em algum grau, podendo ser pior, ou melhor, sucedido, mas nunca o poupando do sofrimento frente ao mundo e aos outros. A perda da realidade sempre estava presente na psicose, e Freud afirmou num certo momento que os psicóticos não estabeleciam transferência, embora ao estudar o caso Schreber levante pontos importantes sobre a especificidade desta transferência.

No segundo capítulo do presente trabalho retomo o pensamento de Jacques Lacan buscando aprofundar o que ele produziu acerca da

compreensão da psicose no sentido da não constituição do Sujeito barrado, castrado. O psicótico não é inscrito como tal a partir da referência fálica – referência esta própria da neurose. Retomarei o estágio do espelho, o complexo de Édipo e então buscarei aprofundar o que Lacan apontou sobre a forclusão do significante Nome-do-pai – conceito central na teorização da psicose.

O terceiro capítulo é sobre o delírio e a metáfora delirante, nesse momento elucidando sobre o momento surto psicótico e o retorno do forcluído presente neste. Aí é importante compreender o que ocorre no momento do surto, a desestabilização do quadro que o sujeito psicótico vivia até então: algo é abalado, o sujeito é convocado de um lugar que sua falta estrutural não lhe possibilita responder, enfim surge a alucinação ou mesmo a construção delirante de uma forma mais ou menos elaborada. Retomo ainda nesse capítulo a especificidade de dois tipos clínicos da psicose, a esquizofrenia e a paranóia. Há de se pensar sobre as aproximações e diferenças destes tipos clínicos que freqüentemente apresentam-se combinados nas psicoses.

No quarto capítulo apresento as idéias sobre a psicose e o laço social. Há na psicose a impossibilidade de inserção da psicose no laço: é possível que o psicótico faça excursões ou incursões, experimente papéis e lugares, mas não há uma permanência no laço social tal qual o neurótico faz, e isso decorre da condição estrutural da psicose. Essa idéia parece central no tratamento da

psicose, possibilitando uma compreensão mais efetiva sobre a condição do sujeito psicótico, que tantas vezes circula pela cidade e pelos grupos, mas vive isso de uma forma bem particular.

Já no quinto capítulo apresento duas vinhetas clínicas e as comentarei a partir da teoria. Trato de dois casos, um paciente atendido no consultório e outro atendido no hospital-dia A Casa. São dois casos de psicose que considero significativos por elucidarem pontos da teoria em que me propus aprofundar no presente trabalho.

Capítulo I) Freud e a psicose

Nesse capítulo farei um breve apanhado do que Freud produziu acerca da psicose, buscando levantar as passagens que elucidem a forma como esta foi tratada em sua obra.

Em 1984 Freud escreveu *As neuropsicoses de defesa*, onde começa a esboçar algo do que colocaria sobre a psicose e suas observações sobre as defesas presentes nesta.

Nesse texto Freud fala sobre as formas de defesa que sujeitos possuem frente à realidade. Assim, faz menção ao que seria uma fuga para a psicose, no sentido de uma defesa poderosa e bem-sucedida do eu frente à realidade. O eu rejeita a representação incompatível juntamente com seu afeto e se comporta como se a representação jamais tivesse lhe ocorrido.

Freud (1984, pág. 64) diz: *“Mas a partir do momento que isso é conseguido, o sujeito fica numa psicose que só pode ser qualificada como ‘confusão alucinatória’”*.

Assim, Freud segue afirmando que o conteúdo de uma psicose alucinatória consiste na acentuação da representação que era ameaçada pela causa precipitante do desencadeamento da doença.

É justificável dizer que o eu rechaçou a representação incompatível através de uma fuga pela psicose. O processo pelo qual isso é conseguido escapa, mais uma vez, à autopercepção do sujeito, assim como escapa à análise psicológico-clínica. Deve ser encarado como a expressão de

uma predisposição patológica de grau bastante alto e pode ser descrito mais ou menos como se segue. O eu rompe com a representação incompatível; esta, porém, fica inseparavelmente ligada a um fragmento da realidade, de modo que, à medida que o eu obtém esse resultado, também ele se desliga, total e parcialmente da realidade. Em minha opinião, este último evento é a condição sob a qual as representações do sujeito recebem a vividez das alucinações; assim, quando a defesa consegue ser levada a termo, ele se encontra num estado de confusão alucinatória (Freud, 1984, pág. 65).

Freud diz que embora não tenha muitos exemplos de sua clínica sobre psicoses dessa natureza é uma enfermidade psíquica muito freqüente. O autor assinala que as defesas que expôs nesse trabalho podem vir de formas combinadas, chamadas de neuroses mistas – por exemplo, há quadros de histeria em que podem estar presentes defesas próprias de uma psicose alucinatória.

É no texto *Neurose e psicose*, publicado em 1923, que Freud retomará o que havia escrito pouco antes em *O ego e o id* e avançará no que disse acerca da psicose. Nesse último Freud havia descrito inúmeras relações do ego na sua posição intermediária com o mundo externo e o id, na sua tentativa de responder satisfatória e simultaneamente aos seus senhores. Freud nesse momento enunciará de forma sucinta, mas fundamentada, que etiologicamente poder-se-ia dizer que a neurose seria o conflito entre o ego e o id e a psicose, o desfecho análogo de um distúrbio semelhante nas relações entre o ego e o mundo externo.

No caso da neurose quando o sujeito se vê frente a um desejo que o ego não vê forma de satisfazer, frente ao superego ou mesmo ao mundo

externo, ocorre o processo do recalque. Dessa forma, o sujeito neurótico produz uma conciliação que foi chamada por Freud como sintoma, que é uma substituição do que seria o desejo original.

Já no caso da psicose Freud lembrará que nesta muitas vezes o mundo exterior não é percebido de modo algum ou a percepção dele não possui qualquer efeito. Haveria em casos mais graves não apenas uma espécie de recusa das novas percepções do mundo como um mundo interno próprio, construído de acordo com os impulsos desejosos do id dirá Freud. Para ele, o motivo dessa dissociação que ocorre na psicose é uma frustração muito séria de um desejo, frustração tal com a realidade e o desejo que parece intolerável para o psicótico.

Na esquizofrenia, que Freud classifica como uma forma de psicose, há uma perda de toda participação no mundo externo (o que chama de hebetude afetiva). Dirá a respeito do delírio:

Inúmeras análises nos ensinaram que o delírio se encontra aplicado como um remendo no lugar em que originalmente uma fenda apareceu na relação do ego com o mundo externo. Se essa precondição de um conflito com o mundo externo não nos é muito mais observável do que atualmente acontece, isso se deve ao fato de que, no quadro clínico da psicose, as manifestações do processo patogênico são amiúde recobertas por manifestações de uma tentativa de cura ou reconstrução (Freud, 1923, pág. 191).

Para Freud a etiologia comum ao início de uma psicose e de uma psicose permanece sempre a mesma. Ela consiste em uma frustração, ou seja,

na não-realização de um desejo de infância que nunca é vencido e fica profundamente enraizado para o sujeito psicótico.

Essa frustração é, em última análise, sempre uma frustração externa, mas no caso individual, ela pode proceder do agente interno (no superego) que assumiu a representação das exigências da realidade. O efeito patogênico depende de o ego, numa tensão conflitual desse tipo, permanecer fiel à sua dependência do mundo externo e tentar silenciar o id, ou ele se deixar derrotar pelo id e, portanto, ser arrancado da realidade (Freud, 1923, pág. 192).

Nesse ponto Freud falará que ainda está obscuro na teoria como no superego estão unidas as influências originárias tanto do id quanto do mundo externo, havendo um modelo ideal a qual o ego visa conciliar. Freud lembra que no conflito entre superego e ego poderíamos situar a melancolia, nomeada por ele como psicose narcísica.

Freud encerra dizendo que vale considerar a questão acerca do mecanismo da psicose, análogo a repressão na neurose, através do qual o ego se desliga de alguma forma do mundo externo. Faz uma ressalva de que tal mecanismo, assim como a recalque, abrange uma retirada da catexia enviada pelo ego. Esse mecanismo Freud depois nomeará em outros textos – como *A organização genital infantil* - como *Verleugnung*, que foi traduzido como *rejeição*.

No ano seguinte Freud publicará seu texto *A perda da realidade na neurose e na psicose*. Ali o autor afirmou que na neurose o ego, em sua dependência com a realidade, suprime um fragmento do id (da vida pulsional), e na psicose o ego, a serviço do id, o ego se afasta de um fragmento da

realidade. Freud dirá que na neurose há, portanto, uma predominância da influência da realidade, enquanto na psicose o fator de predominância é do id. A perda da realidade está necessariamente presente na psicose, o que na neurose pode ser evitado.

Freud falará nesse texto que há duas etapas no surgimento de uma psicose. A primeira seria a que o ego é arrastado para longe da realidade, já a segunda seria de tentativa de reparação do dano causado e restabelecimento das relações do indivíduo com a realidade às expensas do id.

O segundo passo da psicose, é verdade, destina-se a reparar a perda da realidade, contudo não às expensas de uma restrição do id (...) de outra maneira, mais autocrática, pela criação de uma nova realidade que não levanta mais as mesmas objeções que a antiga, que foi abandonada (Freud, 1924, pág. 231).

Freud diz que a neurose e a psicose diferem mais pela primeira etapa, porque na segunda há uma reação de reparação. Na neurose há uma espécie de fuga frente ao fragmento da realidade e na psicose este fragmento é remodelado. Assim, na psicose há um repudio e uma substituição da realidade, afirma o autor.

Em uma psicose, a transformação da realidade é executada sobre os precipitados psíquicos de antigas relações com ela — isto é, sobre os traços de memória, as idéias e os julgamentos anteriormente derivados da realidade e através dos quais a realidade foi representada na mente. Essa relação, porém, jamais foi uma relação fechada; era continuamente enriquecida e alterada por novas percepções (Freud, 1924, pág. 232).

Assim, Freud dirá que o psicótico também vai se deparar com a tarefa de conseguir para si percepções de um tipo que corresponda à nova realidade, e isso ocorre de uma forma muito radical mediante a alucinação. O fato de que os delírios e as alucinações muitas vezes serem de caráter muito aflitivo e estarem ligados a uma geração de ansiedade é, sinal de que todo o processo de remodelamento é levado a cabo contra forças que se opõem violentamente ao psicótico.

Provavelmente na psicose o fragmento de realidade rejeitado constantemente se impõe à mente, tal como a pulsão reprimida faz na neurose, e é por isso que, em ambos os casos, os mecanismos também são os mesmos. A elucidação dos diversos mecanismos que, nas psicoses, são projetados para afastar o indivíduo da realidade e para reconstruir essa última, constitui uma tarefa para o estudo psiquiátrico especializado, ainda não empreendida (idem, ibidem).

Freud afirma que tanto na neurose quanto na psicose a segunda etapa é parcialmente mal sucedida – o desejo recalcado não encontra substituto completo e na psicose a representação da realidade não pode ser remodelada em formas satisfatórias. De qualquer forma a primeira etapa da psicose já é patológica em si e só poderia conduzir à enfermidade.

Assim, Freud se atentou ao ciúme, notando que este poderia ser classificado em vários tipos e graus – podendo se enquadrar numa neurose ou tratar-se de um ciúme propriamente delirante. O primeiro ciúme seria o que decorre da concorrência com o rival, que inclui uma ferida narcísica. Esse tipo se deve mais a uma questão de narcisismo, de se perder o ser amado, e de uma competição pessoal com o outro – de modo que, num aspecto ou no

outro, o que está em questão é mais o amor próprio do que o amor ao outro. O segundo tipo seria o ciúme originado da projeção no outro de seus próprios desejos de infidelidade, realizados ou não. Algo como: se desejamos ter outras relações, supomos, inconscientemente, por uma projeção paranóide, que o outro deseja o mesmo. Já o terceiro tipo, que Freud considera delirante, teria como origem uma homossexualidade negada, como uma forma de se dizer, inconscientemente, que não é ele que ama o rival, mas ela. Assim, a loucura de ciúme, na sua forma delirante, é acompanhada da convicção inabalável da traição do outro. Freud estudou mais a fundo a paranóia, a qual retomarei mais a frente.

De forma sucinta para Freud a paranóia se caracteriza pela regressão da libido ao estado do narcisismo, já na esquizofrenia trata-se da libido que não se contenta em regredir ao estado narcísico, mas vai além, retornando ao auto-erotismo infantil, representada por pulsões e objetos parciais. Daí talvez explicar o despedaçamento do corpo do esquizofrênico. Freud, segundo Quinet (2003), conserva a separação da paranóia ligada ao narcisismo e a esquizofrenia ligada ao auto-erotismo.

Vale lembrar que quando Freud escreveu sobre a transferência afirmou não ser possível a realização de um trabalho de análise com pacientes psicóticos. Segundo seu entendimento os psicóticos não poderiam estabelecer uma relação transferencial. Haveria, nestes pacientes, um afastamento de todo interesse pela realidade, pelo mundo exterior. Na psicose, denominada à época de Freud de parafrenia, haveria uma retração da libido objetal para o eu,

processo que descreve o fenômeno do narcisismo, o que explica o fato de ter denominado a psicose de *neurose narcísica*. Nas palavras de Freud:

A observação mostra que aqueles que sofrem de neuroses narcísicas não têm capacidade para a transferência ou apenas possuem traços insuficientes da mesma. Eles rejeitam o médico, não com hostilidade, mas com indiferença. Por esse motivo, tampouco podem ser influenciados pelo médico; o que este lhes diz, deixa-os frios, não os impressiona; conseqüentemente, o mecanismo de cura que efetuamos com outras pessoas – a revivência do conflito patogênico e a superação da resistência devida à regressão – neles não pode ser executado (Freud, 1916-1917, pág. 520).

Apesar de não tratar as psicoses, Freud já nos dá, neste momento de sua elaboração teórica, subsídios para pensá-la. Se as neuroses narcísicas não estabelecem transferência, ou como diz Freud possuem traços insuficientes – insuficientes porém existentes – porque a libido está voltada para o eu, isto ocorre por uma falha no processo primário de identificação (narcisismo) e, posteriormente, na triangulação edípica.

Freud aponta que nas neuroses narcísicas ou nas parafrenias (a paranóia, a melancolia e a esquizofrenia), diferentemente das neuroses que caracterizava como as neuroses de transferência ou psiconeuroses (a histeria, a neurose de angústia e a neurose obsessiva), os pacientes não estabeleciam transferência com o analista, surgindo a impossibilidade do tratamento. Com isso, Freud acaba por distinguir as neuroses narcísicas das neuroses de transferência. Afirma que no caso das neuroses narcísicas os pacientes “(...) não manifestam transferência, e, por essa razão são inacessíveis aos nossos esforços e não podem ser curados por nós” (Freud, 1916-1917, pág. 521).

Freud sustentou que não existe, na paranóia, esta parte da libido flutuante de que o psicanalista se apossaria para o tratamento das neuroses; a razão disto seria a regressão ao narcisismo, que arrebataria aquela parte da libido. A impossibilidade de tal transferência de uma libido livre para o analista tornaria a paranóia incurável do ponto de vista psicanalítico. Ao mesmo tempo que teceu tais considerações Freud fez uma análise do caso Schreber, um paranóico, que coloca em questão as afirmações negativas quanto a possibilidade de transferência.

E o paranóico constrói de novo o mundo não mais esplêndido, é verdade, mas pelo menos de maneira a poder viver nele mais uma vez. Constrói com o trabalho de seu delírio, esta formação delirante que presumimos ser o produto patológico, é, na realidade, uma tentativa de restabelecimento, um processo de reconstrução. Tal reconstrução após uma catástrofe é bem sucedida em maior ou menor grau, mas nunca inteiramente. Nas palavras de Schreber, houve uma grande mudança interna no mundo. Mas o indivíduo recapturou uma relação e freqüentemente uma relação muito intensa, com as pessoas e as coisas do mundo, ainda que esta seja agora hostil, onde anteriormente fora esperançosamente afetuosa. Podemos dizer, então, que o processo da repressão propriamente dita consiste num desligamento da libido em relação às pessoas — e coisas — que foram anteriormente amadas. Acontece silenciosamente; dele não recebemos informações, só podemos inferi-lo dos acontecimentos subseqüentes. O que se impõe tão ruidosamente à nossa atenção é o processo de restabelecimento, que desfaz o trabalho da repressão e traz de volta novamente a libido para as pessoas que ela havia abandonado. Na paranóia, este processo é efetuado pelo método da projeção. Foi incorreto dizer que a percepção suprimida internamente é projetada para o exterior; a verdade é, pelo contrário, como agora percebemos, que aquilo que foi internamente abolido retorna desde fora. O exame completo do processo de projeção, que adiamos para outra ocasião, esclarecerá as dúvidas remanescentes sobre o assunto (Freud, 1911)

No caso Schreber, Freud percebeu ao ler suas *Memórias* que a transferência já se revelava na atitude da Sra. Schreber. Ela havia mantido durante anos o retrato do médico em lugar de destaque em sua casa, após a cura de Schreber do primeiro episódio. Mesmo Schreber, ao falar sobre uma entrevista com Flechsig, diz que este “desenvolveu uma extraordinária eloquência, que não deixou de me causar um impacto profundo”. No início de suas memórias, ele redige uma carta endereçada ao doutor Flechsig, aonde fala de uma “influência emanada do seu sistema nervoso ao meu sistema nervoso”, por meio de uma relação “hipnótica ou similar”. Schreber, nesta mesma carta, diz ter fortes motivos para acreditar que Flechsig também teve visões como as dele. Schreber insiste nessa conexão ao longo do tempo, mesmo durante sua estada em outros hospitais, longe – ao menos fisicamente – do Dr. Flechsig.

Também aparece no texto de Schreber um paralelo entre seu médico, Deus e o sol. Há aí uma equivalência entre esses elementos. A relação de Deus com o sol vai no sentido do sol ser uma manifestação da energia vital de Deus. Schreber afirma que tanto o Sol quanto Deus falavam com ele em palavras humanas. O Deus de Schreber é um Deus materializado, que interage, conversa, aparece e mantém com ele uma conexão constante. Deus e Schreber tem uma relação ambígua, pois este Deus sente-se atraído e ameaçado, simultaneamente.

Freud também assinalou uma relação entre Flechsig e Deus – em momentos até explicitada, como quando Schreber fala no Deus-Flechsig. Por vezes há um posicionamento rival entre estas duas figuras: um contra milagre

de Flechsig impede o milagre divino, e a alma de Flechsig luta contra a onipotência de Deus.

Assim, Schreber de alguma forma os equipara o poder de seu médico ao poder de Deus, diz que Flechsig comanda “dois sóis”. Em outro momento Flechsig acaba por evoluir para Deus, o que mostra o quão poderosa é a transferência. Mas é interessante constatar que Flechsig / Deus é ora reverenciado e ora objeto de imprecações. É o aspecto ambíguo, no sentido de haver um aspecto positivo e outro negativo, da transferência.

Dessa forma, a transferência no caso Schreber mostra-se como uma transferência maciça para com o doutor Flechsig, tanto é que este ocupa um papel central no delírio de Schreber. As razões para a dúvida de Freud frente a psicose pode ser atribuídas ao tipo e a quantidade de pacientes que ele tratava, e também ao tempo relativamente curto de duração das análises.

Sabe-se que o aparecimento da transferência nos pacientes psicóticos pode aparecer de forma abrupta, e de um modo bastante diferente da relação transferencial que o neurótico estabelece. Posteriormente diversos autores como Melanie Klein, Bion e Lacan desenvolveram reflexões sobre tal questão em suas obras e constataram cada um com uma especificidade a ocorrência da transferência na relação analítica com psicóticos. Porém, ao considerarem a possibilidade de estabelecimento de transferência em pacientes psicóticos, tais autores frisaram as peculiaridades dessa transferência que é bem diferente da transferência encontrada na relação analítica com neuróticos.

Retomarei a seguir o que Lacan produziu acerca da psicose.

Capítulo II) Lacan e a psicose

Nesse capítulo são abordados alguns aspectos teóricos do conceito de psicose, tomando como referência alguns conceitos de Lacan, para proceder a uma investigação da estrutura psicótica.

Num primeiro momento descreverei o estágio do espelho e suas consequências para a constituição psíquica, num segundo momento retomo o Complexo de Édipo a partir da circulação do falo na teoria lacaniana; num terceiro momento podendo retomar o que Lacan notou que ocorre (e não ocorre) particularmente na psicose.

2.1) O Estádio do espelho e a formação primordial do eu

Lacan, em 1936, apresenta a tese do estágio do espelho, que anos mais tarde é publicada nos Escritos sob o título *O estágio do espelho como formador da função do eu, tal como nos é revelada na experiência psicanalítica*. Lacan explica neste texto como ocorrem as identificações da criança com a mãe e a constituição do eu do sujeito, isto é, como, a partir desta identificação o sujeito se estrutura, sendo o eu o representante do ser do sujeito.

Basta compreender o estágio do espelho como uma identificação, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem (Lacan, 1949, pág. 97).

Anteriormente à primeira fase do estágio do espelho, que se inicia por volta dos seis meses de idade, a criança não percebe seu corpo como uma totalidade, mas sim como um corpo esfacelado, diz Lacan. É por meio da passagem pelos três tempos do estágio do espelho, numa conquista progressiva, que a criança pode passar a reconhecer a sua imagem no espelho. Ou seja, apreender a imagem e relacioná-la consigo.

É a partir dos cuidados corporais necessários, do contato com o outro, que a criança pode superar a vivência do corpo espedaçado e adquirir a gestalt de um corpo ainda imaturo no plano da motricidade. Cabe à mãe realizar essa tarefa, não apenas no aspecto físico, mas mediada por um campo simbólico.

O estágio do espelho é um drama, cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação - e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos de ortopédica - e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental (Lacan, 1949, pág. 100).

Num primeiro momento a criança não faz uma diferenciação entre quem é ela e quem é o outro. Ela reage frente ao espelho como se a imagem produzida por seu corpo fosse uma imagem real a qual ela pudesse ter acesso.

Num segundo momento a criança percebe que a imagem do espelho não é um outro real, é uma imagem; assim, a criança começa distinguir entre presença real e a imagem virtual.

É na terceira etapa que a criança pode reconhecer o outro do espelho como sendo uma imagem e não um outro real, e que essa imagem é a sua própria imagem.

A assunção jubilatória de sua imagem especular por esse ser ainda mergulhado na impotência motora e na dependência da amamentação, que é o filhote do homem nesse estágio de infans parecer-nos-á pois manifestar, numa situação exemplar, a matriz simbólica onde o [eu] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação ao outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito (Lacan, 1949, pág. 97).

Quando a criança pode ter o reconhecimento de que a imagem do espelho é a sua própria imagem, o seu corpo, que passa de um corpo fragmentado a um corpo unificado, havendo uma representação deste corpo para a própria criança. Esse reconhecimento de si, ao mesmo tempo em que possibilita o reconhecimento de um corpo unificado, aliena o sujeito na sua imagem.

Assim, verificamos que através do estágio do espelho há uma transformação produzida no sujeito quando este assume uma imagem de seu corpo. Essa organização do corpo vem a partir do exterior e é a base da estruturação do eu do sujeito. Referindo-se a esse processo, Dor afirma

O re-conhecimento de si a partir da imagem do espelho efetua-se - por razões óticas - a partir de índices exteriores e

simetricamente invertidos. (...) A unidade do corpo se esboça como exterior a si e invertida (Dor, 1991, pág. 80).

Esse eu que vai se construindo no sujeito tem uma função de alienação, de desconhecimento. O eu vai se afastando do real e ficando com a ilusão de estar se aproximando dele, vai afastando-se do real pois está sendo tecido o imaginário.

O reconhecimento do sujeito possui uma dimensão imaginária pois o eu é uma imagem, uma ilusão. O eu é originalmente um outro. Ainda segundo Dor

(...) esta conquista da identidade é sustentada, em toda sua extensão pela dimensão imaginária, e no próprio fato da criança identificar-se a partir de algo virtual (a imagem ótica) que não é ela enquanto tal, mas onde ela entretanto se reconhece (idem, ibidem)

No momento em que a criança se reconhece no espelho e percebe que a imagem refletida é dela, fica fascinada com o que pode mostrar ao outro, com o que esse outro vê dela. A criança deseja satisfazer o olhar do outro que a vê, desejando ser objeto do desejo deste outro ser.

No momento desse re-conhecimento no espelho a criança encontra-se numa relação fusional com a mãe ou com uma figura materna - o Outro primordial, aquele a partir do qual a passagem pelo estágio do espelho e pela constituição psíquica daquele ser se faz possível. Neste período a criança responde em espelho, tendo como referência o que pode oferecer a esse

Outro, o que esse outro verá dela. Há uma resposta a figura materna de acordo com o que a criança supõe ali ser expectativa e desejo.

Vale marcar que Lacan aponta para o ponto de que nesse momento a criança não é um sujeito, mas sim está sujeitada ao desejo do outro que a vê. Esta imagem está contaminada pelo modo que a criança supõe que o Outro a vê e com isso vê aquilo que a mãe deseja que ele seja. A partir daí o eu está se instalando a partir do desejo da mãe (ideal) e a criança é objeto do desejo materno. É nessa fase que a criança entra no complexo de Édipo.

2.2) O Complexo de Édipo a partir da circulação do falo

Em sua leitura da obra freudiana Lacan acaba ampliando alguns conceitos e organizando o Édipo de forma diferente, em três tempos. Há um novo olhar sobre os personagens da trama edipiana, que são eles: a mãe, o pai, a criança e o falo.

No primeiro momento do Édipo a mãe ou quem exerceu tais funções é fundamental nos momentos inaugurais da constituição do Sujeito. Assim, a mãe tem um papel central na constituição do filho como Sujeito, mas ele também é quem a constitui enquanto mãe.

O Complexo de Édipo é estrutural em Lacan, ou seja, todos humanos passarão por essa trama para se constituírem como Sujeitos, mas a vivência de cada um ocorrerá de uma forma singular, de acordo com o relacionamento

daqueles personagens especificamente. É uma experiência que faz inscrições psíquicas que serão fundantes do sujeito.

Assim, há na compreensão do Édipo uma idéia de que os personagens são determinados por algo que circula entre eles, que seria o *falo*. Portanto, o conceito de falo é central dentro do pensamento lacaniano.

Lacan coloca o falo como o significante de uma falta e como o significante do Desejo. Ao elucidar cada fase do Édipo lacaniano esta definição pode tornar-se mais clara.

Vale fazer a ressalva de que significante, para Lacan, é algo que contém uma materialidade – é um vestígio acústico, imagem visual, algo da ordem do sensível ou capaz de converter-se em perceptível (pode ser um sonho, uma imagem, uma palavra, um odor determinado etc.).

Assim, se o falo é o significante da falta, quer dizer que ele é o significante que se inscreve no lugar da falta. Lacan considera que pode se falar sobre o falo como significante de uma falta porque houve em certo momento o registro de uma presença que garantiu completude, mas que também propiciou o registro de sua ausência. Essa seria a função exercida pelo Outro materno, o primeiro Outro com quem o bebê interage e quem fará marcas indeléveis e fundantes para o surgimento do Sujeito desejante.

No pensamento lacaniano há o Real, o Simbólico e o Imaginário. O falo imaginário é o que completa uma falta, ou seja, é o que mantém a ilusão de que há uma completude absoluta, uma sensação de plenitude e satisfação –

essa é a função imaginária dele. O falo imaginário não é aí correspondente ao pênis (como Freud postulou em certo momento de sua obra), ele pode ser qualquer coisa.

Mas o que a discussão sobre o falo diz sobre o Édipo na visão de Lacan? Ele está centrado ao redor da satisfação do narcisismo e da circulação do falo entre os personagens.

No primeiro tempo do Édipo são considerados dois personagens e sua relação, são eles: a mãe e a criança. A criança está saindo de uma fase de identificação do estágio do espelho, apesar do primeiro tempo do Édipo não ser sucessor imediato do terceiro tempo do estágio do espelho. Já há contornos de sujeito, mas ainda há o assujeitamento dito por Lacan, no sentido da relação dual e narcísica da mãe e do bebê. É como se houvesse uma célula narcísica entre os dois, aonde há uma sensação de completude.

A criança já esboça um sujeito, mas ainda vive com a mãe uma relação de indiscriminação quase fusional – a criança identificada com o que supõe ser o objeto do desejo da mãe, ou seja, seu desejo se faz desejo do desejo da mãe. Essa posição é facilitada se pensarmos o momento de dependência dos cuidados e satisfação das necessidades básicas que está colocada nessa relação desde o início.

É devido a esta prematuridade ao nascer que a criança estabelece essa relação de dependência com a figura materna que exerce a função de Outro absoluto. Ao cuidar do bebê, a mãe nomeia as partes de seu corpo,

erogeneizando-o, possibilitando a formação da imagem corporal a partir de um código simbólico.

A proximidade dessas trocas coloca a criança em situação de se fazer objeto do que é suposto faltar à mãe. Este objeto suscetível de preencher a falta do Outro é o falo (Dor, 1992, pág. 81).

Assim, segundo Lacan, o desejo da criança no primeiro tempo do Édipo é radicalmente assujeitado ao desejo da mãe. Ela deve completar a falta materna, ser o que tampona sua falta, oferecer-se enquanto o que a satisfaz. O registro fálico está na dialética do ser: ser ou não ser o falo. É disso que se trata. Dor cita Lacan: *“para agradar a mãe é preciso e basta ser o falo”* (Idem, ibidem).

De acordo com Lacan há uma dependência de amor no sentido de que a criança acredita que é por sua existência que sua mãe é feliz, não havendo qualquer outro referencial externo. Já no caso da mãe embora no seu inconsciente o falo esteja simbolizado, afinal esta já viveu a sua castração, é como se visse no filho o falo – afinal este a traz uma sensação de completude e satisfação plena. Nas palavras de Lacan:

A mãe – supondo aquela constituída neurótica - é aquela que converteu o bebê em falo, objeto imaginário de sua completude, passando a estar nessa condição em que sente que nada lhe falta. A unidade narcisista mãe-filho possibilita a ilusão de perfeição e narcisismo satisfeito em ambos, afinal para a mãe fálica o bebê é este a faz sentir completa – e tem alguém para quem ela é tudo, e é um súdito incondicional. Nesse sentido, a mãe encarna a lei nesse

momento. Não existe uma lei que ela representa, ela é a lei para a criança – ela a encarna nesse momento.

Assim, nesse tempo o falo é um elemento ternário imaginário. A criança é o falo simbólico da mãe e esta é o falo imaginário para a criança. Para a criança, estamos na ordem do *ser*:

O que a criança busca é fazer-se objeto de desejo, poder satisfazer o desejo da mãe, quer dizer 'to be or not to be' o objeto de desejo da mãe. Para agradar a mãe é preciso e basta ser o falo (Dor, 1992, pág. 81)

Para mãe, estamos na ordem do *ter* o falo, ser possuidora daquele objeto que significa sua falta. Ainda importa dizer que nesse momento, a mãe é o Outro da criança, ou seja, é o lugar onde se origina o código, a linguagem, as palavras que vão captar e moldar suas necessidades. Quando o menino tem uma necessidade é ela, mãe (ou quem estiver exercendo tal função materna), que vai captar essa necessidade em termos de linguagem, que vem de fora. Ao olhar para suas reações e dizer “está com frio” ou “deve estar com fome”: a mãe não só lê as suas necessidades, mas também constrói as suas necessidades.

Esse primeiro momento ocorre na medida em que não há nenhum elemento terceiro que esteja entre a criança e a mãe. A dimensão da castração ainda não está colocada para a criança. A célula narcísica mãe-criança se basta, propicia para ambos uma completude que será rompida com a intrusão do pai.

No segundo tempo do Édipo há a entrada do pai, entendido como aquele que exerce tal função paterna. Vale lembrar que não é preciso que a função paterna seja efetivamente exercida pelo pai biológico – o pai pode ser mais de uma pessoa, o trabalho da mãe etc. Enfim, é um terceiro que entra na trama edípica rompendo com a simbiose do primeiro tempo, e fazendo a criança sair do lugar de falo da mãe.

Lacan considera a intervenção do pai como privadora em duplo sentido – o pai priva o menino do seu objeto de Desejo (a mãe) e priva a última de seu objeto fálico.

Assim, o pai é quem priva o menino da sua mãe, porque a criança atribui a ele algo especial, ele tem algo que lhe falta e leva a mãe preferi-lo – portanto, ele agora o pai é o falo. Isso implica que esse pai também é frustrador para o menino, no sentido de que a criança perceberá que a mãe não existe apenas para si, ela também é desejante de outros objetos. Quanto à função do pai Lacan, no seminário V, diz:

O pai intervém em diversos planos. Antes de mais nada, interdita a mãe. Esse é o fundamento, o principio do Complexo de Édipo, é aí que o pai se liga a lei primordial da proibição do incesto (...) é por toda a sua presença, por seus efeitos no inconsciente, que ele realiza a interdição da mãe (Lacan, 1957-1958, pág.174-175).

Em relação à mãe, Lacan considera que é essencial que esta tenha Desejo pelo pai, afinal é nessa medida que ela sairá da relação simbiótica com o filho – assim, ela se privará desse objeto fálico e não deixará a criança totalmente dependente de seu Desejo.

À criança o pai aparece como outro que diz: “não dormirás com tua mãe”. À mãe fálica chama atenção: “não reintegrarás seu produto”. No entanto é preciso marcar que esse pai, terrível, é o pai imaginário, pois ele é idealizado assim pela filho. É diferente do pai simbólico, estando fora do registro da falta. Ele é o falo, assim como o pai da horda primitiva, descrita por Freud.

Há no segundo tempo do Édipo um abalo narcisista, pois ele deixa de ser o falo da mãe, portanto há uma perda de identificação do menino com o eu ideal, que comporta a completude e perfeição desejada. Inicia-se nesse momento a castração simbólica (que só será completa no terceiro tempo).

Abalada em sua certeza de ser ela mesma objeto fálico desejado pela mãe, a criança é, de agora em diante, forçada pela função paterna a aceitar, não somente não ser o falo mas também não tê-lo (Dor, 1992, pág. 86).

O plano da ameaça de castração trata-se da intervenção real do pai no que concerne a uma ameaça imaginária. Ou seja, a castração é um ato simbólico cujo agente é alguém real, o pai ou a mãe e cujo objeto é imaginário. O que ao mesmo tempo é paradoxal. Pois o pai enquanto simbólico frustra o filho da posse da mãe. Portanto, há uma frustração com um ato imaginário concernente a um objeto muito real, que é a mãe, na medida em que a criança necessita dela.

Já a privação intervém na articulação do Complexo de Édipo, tratando-se do pai como aquele que se faz preferir em lugar da mãe, dimensão que leva a formação do ideal do eu. Sendo na medida em que o pai se torna objeto preferível à mãe que a identificação final pode se estabelecer. Sendo nesse

nível que se estabelece a questão do Complexo de Édipo invertido e de sua função.

Quanto à função do complexo de castração, esta é dessimétrica no menino e na menina. No momento da saída normatizadora do Édipo a criança reconhece não ter aquilo que tem, no caso do menino, e aquilo que não tem no caso da menina.

No terceiro tempo do Édipo é quando, se tudo correr de acordo com o esperado, a castração simbólica se inscreverá. A criança passa a reconhecer que falta algo à mãe que não é o pai, ou seja, que o falo não é algo que se é, mas algo que pode ter. Não há quem fuja ao registro da castração, inclusive o pai e a mãe.

O pai simbólico é qualquer um ou qualquer coisa que exerça a função da castração simbólica, ou seja, o pai simbólico se define em função da castração simbólica. Assim sendo, a castração simbólica não é a passagem do domínio da mãe ao domínio do pai, mas consiste na inauguração do falo como algo que está fora de qualquer personagem - da mãe e do pai.

É no terceiro tempo o pai tem o falo, não mais o é. O falo encontra-se fora do pai, ele é alguém que o possui. Portanto, é o tempo marca que o falo está na cultura, não é nem a mãe, nem a criança, nem o próprio pai. A passagem pelo Édipo marca, portanto, a passagem do falo como algo da ordem do *ser* para a ordem do *ter*. É a partir de tal experiência que emergirão as identificações com os ideais da cultura, primeiro representados pelos pais.

É fundamental marcar que na vivência edípica o pai não deve ser um personagem tirânico, que impõe a lei. O pai não deve ser um substituto da mãe no sentido de sua onipotência e mantendo uma relação dual. Ele é o propiciador do contato com um terceiro que leva a criança a aceitar a lei fundamental da cultura: a proibição do incesto e entrada na cultura. O pai também é castrado, aceita a lei e por isso não pode tudo. Assim, é por isso que é pela via da identificação que o Sujeito emerge como castrado e desejante.

É nesse sentido que Dor define o Édipo como um processo fundamentalmente estruturante e que consiste numa metaforização. Esta metaforização não é outra senão o ato mesmo da simbolização primordial da Lei, que se efetua na substituição do significante fálico pelo significante Nome-do-Pai (Dor, 1992, pág. 90).

Dessa forma, o pai no Complexo de Édipo não é um objeto real, nem tampouco um objeto ideal, é enquanto objeto simbólico, uma metáfora. Ou seja, um significante que surge no lugar de outro significante. E isso é o que dá o pilar único e essencial da intervenção do pai no Complexo de Édipo. Lacan afirma:

A função do pai no Complexo de Édipo é ser um significante que substitui o primeiro significante introduzido na simbolização, o significante materno. Segundo a fórmula (...) da metáfora, o pai vem no lugar da mãe, S em lugar de S', sendo S' a mãe como já ligada a alguma coisa que era o x, ou seja, o significado na relação com a mãe. É a mãe que vai e que vem. (...) em outras palavras, eu a sinto ou não sinto, o mundo varia com sua chegada e pode desaparecer. (...) Há outra coisa que mexe com ela - é o x, o significado. E o significado das indas e vindas da mãe é o falo (Lacan, 1957-1958, pág.180-181).

Lacan ainda ressalta:

É minha pretensão que toda a questão dos impasses do Édipo pode ser resolvida em se postulando a intervenção do pai como a substituição de um significante por outro significante.
(Lacan, 1957-1958, pág. 181-182)

Joel Dor em seu livro *O pai e sua função em psicanálise*, o autor iniciará suas reflexões propondo que coube a Lacan o destaque da importância primordial da função paterna. Tal função, defenderá Dor, constitui um epicentro fundamental na organização psíquica do sujeito. Assim, o pai intervém no campo conceitual da psicanálise como um operador simbólico e a-histórico. A-histórico no sentido de que não está sujeito a um ordenamento cronológico, embora esteja inscrito como função no ponto de origem de toda e qualquer história – assim, a instauração da função paterna faz-se necessária para a emergência de um Sujeito.

“Função paterna” faz referência a não obrigatoriedade de um homem no lugar do pai, mas sim alguém ou algo que exerça essa função. *“Trata-se menos de um ser encarnado do que de uma entidade essencialmente simbólica que ordena uma função”* (Dor, 1991, pág. 14).

Assim, a função paterna se instaura a partir do ponto de que é o pai simbólico - e universal - que estrutura nosso ordenamento psíquico na qualidade de Sujeitos.

Nenhuma outra saída é proposta ao ser falante a não ser curvar-se ao que lhe é imposto por esta função simbólica paterna que o assujeita numa sexualização (Idem, ibidem).

Portanto, na teoria lacaniana o pai encarnado é uma espécie de diplomata ou embaixador – ou seja, aquele que representa seu governo junto ao estrangeiro, a fim de assumir a função de ali negociar todas as operações entre eles. Seguindo tal metáfora, o pai encarnado é embaixador da sociedade, devendo representar o governo do pai simbólico, encarregado por ele de assumir a delegação desta autoridade junto à comunidade estrangeira mãe-filho.

Dor dirá que nem todos podem exercer a função de embaixadores simbólico de forma eficiente, afinal o simbólico permanece fundamentalmente assujeitado à instância da linguagem e isso coloca ao embaixador a questão de desempenhar com maior ou menos credibilidade sua função caso pratique ou não a língua do Desejo falada pelos protagonistas mãe e criança:

Assim como um diplomata goza de maior crédito se falar a língua estrangeira do país onde é embaixador, também o embaixador paterno se desincumbe melhor de sua delegação simbólica se praticar a língua do desejo dos protagonistas junto aos quais deve assumir sua função (Dor, 1991, pág. 15).

Essa colocação parece fazer a ressalva de que o pai exerce uma função muito importante, mas não deve ser confundido com o fundador da função simbólica que representa. Ele existe como um vetor. Ou seja, contribuirá para que a criança possa sair da relação simbiótica que mantinha com a mãe até o terceiro momento do Édipo e possa realizar a metáfora paterna proposta por Lacan.

Vale lembrar que o pai imaginário é o pai que a criança percebe em relação com a mãe, aquele a quem inicialmente acredita ser o falo dela. O pai simbólico é aquela *“entidade fantasística, se é que existe, sem a qual nenhum Pai real poderia receber a investidura de Pai simbólico”* (Dor, 1991, pág. 16). Isso quer dizer que é preciso que o Pai seja investido nessa condição imaginária para que possa posteriormente ser investido como pai simbólico – aquele que, antes de mais nada, faz referencia à Lei da proibição do incesto, prevalente sobre todas as regras concretas que ordenam e legalizam as relações e trocas entre os sujeitos da mesma sociedade.

Em bom momento Dor reforçará sobre a universalidade do caráter simbólico que o Pai real encarnará:

É porque o Pai simbólico é apenas o depositário legal de uma lei que lhe vem de outro lugar, que nenhum Pai real pode se vangloriar de ser seu detentor ou fundador. Mas, em compensação, recai sobre ele o ter que fazer valer de ser seu representante (Idem, ibidem).

Assim sendo, para que ocorra uma inscrição simbólica da Lei, é preciso que ocorra entre os protagonistas (mãe, criança e pai) o que Dor chamou de negociação imaginária prévia. Com isso Dor quer dizer que nessa triangulação edipiana há uma discriminação que ocorre no sentido de todos estarem referidos ao quarto elemento: o falo.

Só este quarto elemento constitui o parâmetro fundador suscetível de inferir a investidura do Pai simbólico a partir do Pai real, pela via do Pai imaginário (Dor, 1991, pág. 17).

Assim, retomando as funções do pai real, Lacan constatou que para que este assumisse sua representação simbólica seria preciso que ele desse provas, em certos momentos, de atualização da incidência fálica – “como único agente regulador da economia do Desejo e de sua circulação com referencia à mãe e ao filho” (Dor, 1991, pág. 18).

Ou seja:

O papel simbólico do Pai é sustentado, antes de mais nada, pela atribuição imaginária do objeto fálico. Nessas condições, basta que um terceiro, mediador do desejo da mãe e do filho, dê argumentos a esta função para que seja significada sua incidência legalizadora e estruturante (Dor, 1991, pág. 19).

É nessa medida que Lacan entenderá que a instauração do pai simbólico legitima uma substituição metafórica do desejo pela mãe (que até então era único na constituição do sujeito) pelo significante Nome-do-Pai. Com a entrada de tal significante a Lei é instituída e o sujeito passará a encontrar outros significantes, atuando um deslizamento da cadeia de significantes. O que era desejo da mãe foi substituído pelo Nome-do-Pai numa operação metafórica, e logo será substituído por outros significantes.

É essa substituição que permite ao indivíduo tornar-se sujeito, instituir nele a falta estrutural e sair da relação imaginária de completude com a mãe, dessa forma podendo adentrar no registro simbólico.

Quanto mais a mãe integra a função paterna maior é a chance de a criança sair da completude. Sem essa passagem a criança continua simbiótica com a mãe que tudo supre, permanecendo como objeto do desejo e não

ascende a condição de sujeito desejante que pode partir para a cultura, busca de significantes que ilusoriamente proporcionem a sensação de completude já experienciada, mas parcialmente uma vez que a falta já foi estruturalmente instaurada para aquele ser. Agora vamos compreender o que ocorre (e não ocorre) no caso das psicoses.

2.3) A forclusão do Nome-do-Pai

No livro *O inconsciente a céu aberto da psicose*, Colette Soler define que partimos da doutrina da forclusão para falar da psicose, é esta a pedra angular do edifício psicótico.

Colette lembra que Lacan incluiu a psicose no que chamou função e campo da fala e da linguagem, sendo a relação com o significante central para compreender a psicose e suas diferenças estruturais em relação a neurose.

Lacan definiu a forclusão como uma falha, uma ausência no nível do Outro: a ausência de um significante, o Nome-do-pai e seu efeito metafórico. Esse acidente confere à psicose sua condição essencial, com a estrutura que a separa da neurose.

O termo 'condição' implica que a forclusão não é um fenômeno. Não faz parte do observado: é uma hipótese causal. É a hipótese pela qual Lacan designa a causalidade significante da psicose. Se a forclusão não faz parte do fenômeno, não é pela forclusão que se diagnostica a psicose, mas seus efeitos. Essa forclusão é uma espécie de axioma que explica os fenômenos (Soler, pág. 12).

Assim, Lacan coloca na origem da psicose uma falha que ocorre no nível das relações do sujeito com o significante. Trata-se aí de um significante de base, primordial, um significante que não tem significação própria, puro significante. *“Que haja significantes de base sem os quais a ordem das significações humanas não poderia estabelecer-se, nossa experiência nos faz sentir com muita frequência”* (Lacan, 1955-56 , pág. 227).

A falta essencial de um significante, o significante Nome-do-Pai, leva a formação de um núcleo irreduzível e que traz consequências estruturais para o psicótico. Essa falta essencial é central, determinante. Nas palavras de Lacan:

Numa psicose alguma coisa não funcionou, não se completou no Édipo essencialmente (...). A psicose consiste em um buraco, uma falta ao nível do significante (Lacan, 1955-56, pág. 229).

Lacan utilizando-se de uma metáfora dos pés de um tamborete fala sobre a “estrutura faltante” do psicótico.

Nem todos os tamboretos têm quatro pés. Há os que ficam em pé com três. Contudo, não há como pensar que venha faltar mais um só senão a coisa vai mal. Pois bem, saibam que os pontos de apoio significantes que sustentam o mundinho dos homenzinhos solitários da multidão moderna são em número reduzido. É possível que de saída não haja no tamborete pés suficientes, mas que ele fique firme assim mesmo até certo momento, quando o sujeito, numa certa encruzilhada de sua história biográfica, é confrontado com esse defeito que existe desde sempre. (...) Na psicose é o significante que está em causa, e como o significante não é nunca solitário, como ele sempre forma coisa de coerente – é a significância mesma do significante – a falta de um significante leva necessariamente o sujeito a reconsiderar o conjunto do significante. Eis a chave fundamental do problema na entrada da psicose, da sucessão

de suas etapas e de sua significação (Lacan, 1955-56, pág. 231).

Nessa metáfora, deduzimos que o pé que falta ao tamborete da psicose é o significante primordial – o Nome-do-Pai. Esse significante tem a função de ser o introdutor do sujeito no seu desejo, é aquilo que funda o sujeito psíquico. A falta da função paterna deixa a criança sem referência e, conseqüentemente, sem significado para a castração. Frente à impossibilidade de inscrição da falta e inscrição do pai no nível do simbólico o sujeito fica preso ao significante inicial, o desejo da mãe. Ou seja, o psicótico fica comprometido com a posição de objeto de desejo da mãe, fálica, ficando privado da possibilidade do desejo próprio.

Assim como na neurose fala-se de recalque, no caso da psicose tem-se a *Verwerfung*, forclusão. Tal termo indica que alguma coisa fracassou no recalque originário que a metáfora paterna não advém. Não que haja uma ausência do pai real, mas sim da possibilidade deste ser inscrito como função simbólica. Há uma carência do próprio significante:

Tentemos conceber agora uma circunstância da posição subjetiva onde, ao chamado Nome-do-Pai, responde, não a ausência do pai real, pois essa ausência é mais do que compatível com a presença do significante, mas a carência do próprio significante (Lacan, 1955-56, pág. 243).

Segundo Joël Dor

A forclusão do Nome-do-Pai, que neutraliza o advento do recalque originário, provoca ao mesmo tempo o fracasso da metáfora paterna, e compromete gravemente para a criança o

acesso ao simbólico, barrando-lhe mesmo esta possibilidade. O advento de uma promoção estrutural no registro do desejo é, do mesmo modo, suspenso, afundando em uma organização arcaica onde a criança permanece cativa da relação dual imaginária com a mãe (Dor, 1992, pág. 98).

Lacan, no texto *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose* lembra que o significante Nome-do-Pai é denegado no discurso da mãe – ou seja, não tem lugar dentro do discurso do Outro materno.

O que queremos acentuar é que não é unicamente com a maneira pela qual a mãe aceita a pessoa do pai que devemos nos ocupar, mas do caso que ela dá à sua palavra, digamos claramente, à sua autoridade, ou seja, do lugar que ela reserva ao Nome-do-Pai na promoção da lei (Lacan, 1957-58, pág. 579).

Philippe Julien, autor de *Psicose, Perversão e Neurose*, diz sobre o significante Nome-do-Pai:

Esse significante não é transmitido ao sujeito nem por um homem que se declara pai, nem pela sociedade política ou religiosa, mas pelo desejo da mãe, enquanto mulher. Ela dá resposta à interrogação do filho ou da filha diante da imagem materna (Julien, pág. 53).

A mãe do psicótico não dando esse caso ao pai e à sua palavra, algo diferente ocorrerá no registro da lei.

É num acidente desse registro e do que nele se realiza, a saber, na forclusão do Nome-do-Pai no lugar do Outro, e no fracasso da metáfora paterna, que apontamos a falha que confere à psicose sua condição essencial, com a estrutura que a separa da neurose (Lacan, 1957-58, pág. 582).

Dessa forma, o psicótico permanece numa condição de simbiose com o Outro materno, e isso se deve ao fato de que o discurso daí advindo não faz esta referência a algum outro a qual seu desejo esteja endereçado - ou seja, o desejo da mãe do psicótico não está submetido a algo além da relação com o filho, não há uma lei operante e, portanto resta ao psicótico o lugar colado ao desejo da mãe - impossibilitado de, sendo castrado, ser produtor de seu próprio desejo.

Na fala delirante, o Outro está verdadeiramente excluído, não há verdade atrás, há tão pouca que o próprio sujeito não põe nisso nenhuma verdade, e que fica em face desse fenômeno, bruto no fim de contas, na atitude da perplexidade (Lacan, 1955-56, pág. 65).

Para compreender o que é a forclusão é preciso antes compreender o que ocorre na não-forclusão, ou seja, quando é realizada a metáfora paterna e o significante do nome-do-pai opera e “duplica no lugar do Outro o significante do próprio Outro” (Lacan apud Soler, pág. 14). A metáfora inscreve o sujeito na ordem fálica indicando que o desejo do Outro não é correspondente ao mesmo, ela indica um terceiro:

A metáfora paterna é formulada como aquilo que permite ao ser do ente, que precisa ser significado, inscrever-se no significado fálico. Pelo efeito metafórico, o ‘x’ escrito na parte esquerda da metáfora paterna, como significado do desejo da mãe (DM), esse ‘x’ que marca também o lugar primordial a que o sujeito é convocado, na medida em que é inicialmente produzido como objeto, como filho desejado, esse ‘x’, dizíamos, passa a se especificar como significação fálica. É isso que a forclusão impossibilita (Soler, pág. 15).

Na psicose, o outro é como um objeto-coisa que atende suas necessidades, pois ele não consegue estabelecer um sentido, não havendo lógica na sua relação com o Outro e posteriormente com o mundo. O outro é um prolongamento de seu próprio corpo. É o que ocorre no delírio, uma vez que delirando o psicótico está completamente invadido e misturado com o Outro. O Outro não existe enquanto Outro, afinal há uma confusão do que é seu e o que é do Outro, tornando-se então o Outro uma extensão sua. Ainda afirmando sobre a relação do psicótico com o Outro:

O Outro estando portanto verdadeiramente excluído, o que concerne ao sujeito é dito realmente pelo outro com minúscula, pelas sombras de outro. (...) O outro com minúscula apresenta com efeito seu um caráter irreal, tendendo ao irreal (idem, ibidem).

O psicótico não nega a falta, posto que para ele não há falta, pois esta não chegou a se formular. O psicótico é aquele que tem tudo, falta-lhe apenas a falta, pois através do Nome-do-Pai operando que se formula a falta e o fundamento da estrutura inconsciente. É somente tendo acesso a essa falta que a criança pode sair de uma relação de objetivação e adquirir subjetivação.

Ao assumir a dívida simbólica inscrevendo o desejo em seu registro e adquirindo subjetivação, constitui-se a falta para o sujeito. É isso que o coloca em posição de sujeito frente ao desejo, a possibilidade de não estar mais como objeto frente ao Outro materno - barrado. Isso possibilita o sujeito ser um sujeito falante, e nessa posição se constituir enquanto alguém castrado e por isso desejante de significantes outros.

Na neurose a metáfora paterna é recalçada, e na psicose o significante Nome-do-Pai não é recalçado, mas sim forcluído. Isso implica num retorno pela via do Real, e não do inconsciente - como acontece na neurose. Segundo Quinet, em *Psicose e laço social*, foraclusão designa o mecanismo essencial da psicose: a foraclusão do Nome-do-Pai, ou seja, a não inclusão na norma edipiana.

O termo vindo do francês *forclusion*, cuja tradução exata como termo jurídico é *prescrição*, ou seja, o vencimento de um direito não exercido nos prazos prescritos.

É porque o que está 'foraclado' do lado de dentro retorna no lado de fora, ou seja, na realidade, sob a forma de delírios e alucinações. O excluído está incluído do lado de fora, daí, foraclado (Quinet, pág. 47).

De acordo com Lacan:

A projeção na psicose é o mecanismo que faz voltar de fora o que está preso na Verwerfung, ou seja, o que foi posto fora da simbolização geral que estrutura o sujeito (Lacan, 1955-56, pág. 58).

Assim, este retorno pode acontecer de muitas formas, mas é o que Lacan dizia com a metáfora do tamborete, acontecerá ou não de acordo com a história de cada sujeito, podendo um sujeito estruturalmente psicótico nunca ter um surto, mas passar a vida vivendo sem o pé da metáfora paterna. E isso claro que tem conseqüências.

A estrutura psíquica se delimita nos primórdios do Édipo, mas isso não quer dizer que o sujeito enlouqueça a partir daí, afinal se fosse assim todas as psicoses seria infantis e isso a clínica deixa bem claro que não é o que acontece.

Capítulo III) O delírio e a metáfora delirante

3.1) O surto e o retorno do forcluído

Partindo do ponto de que na psicose o significante Nome-do-Pai não é recalcado, mas sim forcluído, resta agora compreender o que o psicótico vive sem a base estrutural da metáfora paterna. Ou seja, como o significante Nome-do-Pai forcluído retornará pela via do Real para este sujeito.

Como já afirmado anteriormente, para Lacan esse retorno pode acontecer de muitas formas, de acordo com a história de cada sujeito e em quais lugares este vai sendo solicitado dentro de suas relações e do rumo de sua vida. Um sujeito, estruturalmente psicótico, pode nunca ter um surto, embora seu modo de compreender o mundo e suas relações com o Outro e com os outros sempre ocorrerá em função do que lhe foi possível ou não simbolizar. Ou seja, com ou sem surto, o psicótico está fadado a viver sem o *pé da metáfora paterna*, como diria a metáfora do tamborete proposta por Lacan. O tamborete pode se sustentar sem um pé, no entanto há de se notar: a falta é estrutural e há conseqüências decorrentes dela.

Philippe Julien, em seu livro *Psicose, perversão e neurose*, afirma que não há psicogênese para a psicose, no sentido de um movimento imanente conduzindo necessariamente a este. Julien lembra do que Lacan afirma no seminário sobre as psicoses:

Uma psicose tem, como uma neurose, uma pré-história? Tudo leva a pensar que a psicose não tem pré-história (Lacan, 1955-56, pág. 100).

Assim, Julien concorda com Lacan afirmando é a posteriori que a psicose pode ser reconhecida.

Reconheçamos esse fato: o dito pré-psicótico não é reconhecível como tal. Ele se conduz, parece, como todo mundo; socialmente falando, ele consegue relativamente bem fazer seu caminhezinho (Julien, pág. 45).

Citando Lacan, Julien comenta:

Assim, por intermédio de uma imitação, de um agarramento à imagem do semelhante, do par, que lhe serve de muletas, o pré-psicótico pode viver sem que uma psicose se declare. Ele vive em seu casulo, feito uma traça (Julien, pág. 45-46).

Nesse sentido, Lacan dirá que não havendo a possibilidade de inscrição simbólica da metáfora paterna resta para o psicótico a imagem de tal função:

É uma imagem que não se inscreve em nenhuma dialética triangular, mas cuja função de modelo, de alienação especular, dá ainda assim ao sujeito um ponto de enganchamento, e lhe permite apreender-se no plano imaginário (Lacan, 1955-56, pág. 233).

Essa imagem possibilita ao psicótico uma identificação especular com o pai como outro semelhante, bem como com os outros com quem convive. Dessa forma o psicótico pode se identificar, utilizando-se de *muletas imaginárias* que compensam a ausência do significante, que poderia de fato colocá-lo em posição de constituir-se como sujeito barrado – castrado, inscrito na norma fálica. Lacan fala que a desposseção primitiva do significante,

coloca para o sujeito, uma situação em que terá que se encarregar e assumir sua compensação através de uma série de identificações puramente conformistas a personagens que lhe darão sentido: o que é preciso para ser um homem, um profissional, ou o que mais a vida lhe convocar.

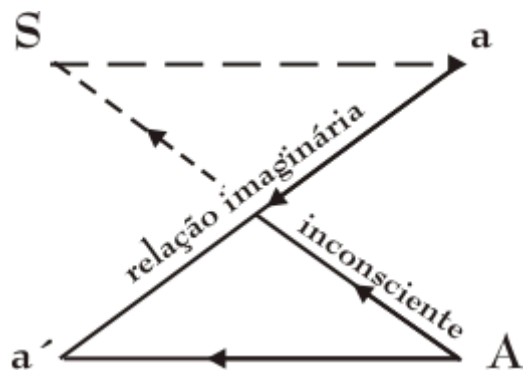
A situação pode se sustentar durante muito tempo, que certos psicóticos vivem compensados, têm aparentemente os comportamentos comuns considerados como normalmente viris, e de uma só vez, misteriosamente, Deus sabe por quê, se descompensam. O que será que torna subitamente insuficientes as muletas imaginárias que permitiam ao sujeito compensar a ausência do significante? Como o significante repõe como tal suas exigências? Como o que é falho intervém e interroga? (idem, ibidem).

O que acontece de encontro do real que balança esse equilíbrio, é algo que pode ter um caráter de felicidade (um encontro amoroso, uma paternidade breve, uma descoberta científica ou artística, uma causa política ou militar, uma revelação religiosa) ou infelicidade (uma traição conjugal, um falecimento inesperado, uma falência profissional, uma derrota política ou militar, uma desoladora noite mística). O que realmente importa é que o encontro de alguma forma romperá com as significações adquiridas: algo escapa ao sujeito, o saber falta a uma verdade nova e uma interrogação fica em suspenso.

A verdade singular ultrapassa o saber que respondia até então (Julien, pág. 46).

De acordo com Julien, no surto psicótico a interrogação ao encontro do Real gera o encontro fortuito de duas quedas: uma no imaginário e outra no simbólico, havendo aí a justaposição de dois furos. É a desestabilização observada no memento em que o sujeito não pode responder ao que está sendo convocado.

Para entender a primeira elisão, Julien diz que Lacan retomou no esquema L as duas diagonais: a da relação no simbólico ($A \rightarrow S$) e a da relação no imaginário ($a \rightarrow a'$).



A relação imaginária é a relação adotada pelo psicótico ao buscar no outro suas muletas imaginárias. No entanto ela pode falhar em ter a resposta exigida pelo acontecimento pré-surto, ou seja, o modelo das significações dadas pelos outros (os pequenos outros: $a' \rightarrow a$) não basta mais para fazer luz sobre a conduta a assumir.

Com Schreber, por exemplo, isso aconteceu quando ele foi chamado para assumir como Presidente da Câmara da Corte de apelação. Ele, em suas memórias, declara que essa tarefa era tanto mais pesada pelo fato de assumi-la frente a membros do conselho com cerca de vinte anos a mais que ele. Houve aí uma inversão de geração, nota Julien.

Como, pois, assumir, nesse caso, uma função de autoridade paterna de presidente? Isso só é possível passando do outro ao Outro, do apoio do especular ao apoio da fala, ou ainda, das significações estabelecidas aos significantes puros como fundadores de novas significações (Julien, pág. 48).

Assim, na psicose a diagonal $a' \rightarrow$ a tapa, obtura, a relação $A \rightarrow S$.

Esta última é excluída ao psicótico. Afirma Lacan:

Devemos fazer com que se recubra em nosso pequeno esquema a relação amorosa com o Outro enquanto radicalmente Outro, com a situação em espelho, tudo o que é da ordem do imaginário (Lacan, 1955-56, pág. 287).

Assim, o desencadeamento da psicose se dá pela fragmentação desse recobrimento. A relação com o outro não basta mais e abre um abismo, o do Outro absoluto (Julien, pág. 49). Esta é a primeira elisão, o imaginário que servia de referência falha e há uma descompensação. Mas uma psicose se desencadeia quando nessa falha vem se acrescentar, vem coincidir uma segunda pelo encontro de um acontecimento: o apelo a *um* significante de base, apelo vindo de uma autoridade dita paterna e dirigida ao sujeito. No caso de Schreber é o apelo dos ministros, segundo ele nomeia nas suas Memórias.

Essa invocação situada no Outro, lugar dos significantes primordiais, não é *recebida* pelo sujeito. Esses significantes estão foracluídos, abolidos. Intimado a se entender com tal significante fundamental, *ali mesmo* onde há elisão no imaginário das significações, o sujeito não pode responder: há elisão no simbólico. Eis que um dia isso não funciona mais; a identificação conforme a imagem deixa o sujeito na incerteza e na perturbação. E é nesse momento que só o apoio do Outro absoluto *poderia* permitir avançar no desconhecido: 'Tu és aquele que me seguirás' – mandato, delegação, missão, pela invocação feita a uma Bejahung de um significante primordial, decerto sem significação atual, mas podendo engendrar mais tarde uma nova significação. Mas que pena! O significante está foracluído: o apelo abre no pré-psicótico um vazio insuportável na ordem simbólica (Julien, pág. 52-53).

O significante é o primeiro, portanto, aquele que polariza, agarra, agrupa em feixes de significação (Lacan, 1955-56, pág. 328). Se ele falta é preciso suplementar adicionando significações, uma após a outra.

Se o Nome-do-Pai estiver foracluído, será preciso adicionar incessantemente significações como resposta ao ser-pai, com o risco que um dia a adição não baste (...) é sem fim! (...) Nenhuma significação é decisiva, a não ser que ela seja agarrada, polarizada pelo significante Nome-do-Pai (Julien, pág. 54).

Lacan, no texto *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose*, procura compreender o que está em movimento na psicose, para assim lançar as bases do tratamento possível desta.

Para que a psicose se desencadeie, é preciso que o Nome-do-Pai, verworfen, foracluído, isto é, jamais advindo no lugar do Outro, seja ali invocado em oposição simbólica ao sujeito. É a falta do Nome-do-Pai neste lugar que, pelo furo que abre no significado, dá início à cascata de remanejamentos do significante de onde provém o desastre crescente do imaginário, até que seja alcançado o nível em que significante e significado se estabilizam na metáfora delirante (Lacan, 1957-58, pág. 584)

Lacan se questiona como pode o sujeito psicótico ser chamado no único lugar que poderia ter advindo, mas também lugar este que nunca esteve.

Para passarmos agora ao princípio da foraclusão (verwerfung) é preciso admitir que o Nome-do-Pai reduplica, no lugar do Outro, o próprio significante do ternário simbólico, na medida em que ele constitui a lei do significante (Lacan, 1957-58, pág. 584-585).

O surto seria um momento na qual o significante “desatrele-se” no Real, depois de declarada a falência do significante Nome-do-Pai:

(...) Significante que, no Outro como lugar do significante, é o significante do Outro como lugar da lei (Lacan, 1957-58, pág. 590).

É nesse sentido que Lacan propõe o esquema I, que comporta as peculiaridades das relações não geométricas do psicótico.

Será possível situarmos os pontos geométricos do esquema R num esquema da estrutura do sujeito ao término do processo psicótico? É o que tentamos no esquema I. (...) Sem dúvida, esse esquema participa do exagero a que se obriga toda formalização que quer apresentar-se no intuitivo (Lacan, 1957-58, pág. 577).

Segundo Quinet, em *Psicose e laço social*:

Na psicose o que interessa ao clínico é o retorno do foracluído. A realidade do sujeito da psicose é povoada por suas criações inconscientes projetadas nos parentes, vizinhos e colegas, ou seja, em casa, na rua e no trabalho. A interferência do inconsciente a céu aberto desse sujeito se dá na polis, ao desarranjar os costumes e desacomodar os hábitos da ordem social. No caso da psicose, a via régia do inconsciente é a rua (Quinet, pág. 47).

Os fenômenos muitas vezes observados nas psicoses - o delírio e a alucinação - é surgem nesse momento em que a foraclusão do Nome-do-Pai é evidenciada, não sendo possível para o sujeito responder a algo que foi convocado. É o que retorna do Real frente à condição estrutural do psicótico. Assim, segundo Quinet a foraclusão deve ser compreendida pela equipe que trata da psicose, no sentido de que se entenda o que esta significa e não se

trabalhe no sentido de fazer a qualquer custo que um psicótico normatize-se, torne-se um neurótico.

Deve respeitar seus fenômenos, não tanto como transtornos da norma, mas abordando-os como retorno do foracluído. Atenção ao furor sanandi! (...) O conceito de foraclusão, longe de ser a abolição do simbólico, é um conceito que não equivale a um déficit. Isso é uma leitura deficitária. A foraclusão implica sempre o retorno no real daquilo que foi foracluído no simbólico (Quinet, pág. 50).

Em seu Seminário dedicado às Psicoses, Lacan destaca que o discurso presente nas psicoses, não deixa de ser per si, estruturado através de uma lógica. Independente da impossibilidade da simbolização, a ordem da palavra presente demonstra a instauração de uma realidade outra que só adquire sentido em função de sua constituição.

A linguagem, em qualquer estrutura inclusive na psicose, não tem um sentido único. Atrás de seu discurso existe também há um mais além; há sempre um querer dizer, por trás do que se diz, e essa função não se esgota.

A palavra, com sua articulação e significação, representa essencialmente um meio do sujeito ser reconhecido: Ela está aí antes de qualquer coisa que haja atrás. (Lacan, 1955-56, pág. 273).

O retorno (no) Real sob a forma alucinatória, delirante, ou mesmo persecutória faz do sujeito psicótico um refém de uma realidade impossível de se modificar. Aquele espaço na cadeia de significantes responsável pela simbolização do discurso está ausente, criando um vazio originário que impede

o sujeito psicótico de acessar a falta, como lugar por excelência da subjetividade.

É nesse sentido que Lacan afirma que o psicótico é mártir do inconsciente, sua posição é a de uma testemunha aberta daquilo que um outro lhe disse ou lhe fez saber. Como por exemplo no caso Schreber, ele afirma que não é ele quem sofre de paranóia, pois ele não atribui tudo a si mesmo, mas sim a um Outro: Deus. Assim, o psicótico nos fala daquilo que alguém lhe falou.

Quinet afirma que para Lacan o Outro do psicótico está excluído, e por isso ele só lida com o pequeno outro. O outro, o semelhante, se transforma no saber (Outro).

O retorno do foracluído constitui um Outro original do psicótico (idem, ibidem).

Em Lacan:

É na medida em que ele [Schreber] perdeu esse Outro [da lei], que ele encontra o outro puramente imaginário (Lacan, 1955-56, pág. 238).

Frente a essa transformação do semelhante (outro), Quinet afirma sobre o que cada um encontra: na paranóia o outro é aquele sem lei que sempre quer prejudicar o sujeito; na esquizofrenia, o sujeito se retrai autisticamente em relação ao outro da injúria alucinatória; na melancolia o sujeito é indigno do outro e culpado pela ruína do social; o maníaco é o pródigo que faz do outro sua fartura; e o megalomaníaco é o Um que se considera o outro de todos os outros e quer ordenar o social. Essa é uma forma bem esquemática proposta por Quinet, e que não é objeto de aprofundamento do presente trabalho.

Quinet fala que antes de surtar o psicótico pode não estar bem, mas pode estar mesmo que parcialmente no laço social. No caso de Schreber, por exemplo, ele estava incluso no discurso universitário, trabalhava, se relacionava. Na época do surto, todos os laços se rompem: surge o Outro da erotomania mortífera na figura de seu médico, e todos os outros homens são compreendidos como feitos às pressas, homens sem consistência. O grande Outro que avassala Schreber se estilhaça em vários além de Flechsig, surgem duas figuras de Deus além da alma de outro médico. Dirá Quinet:

Na estabilização do delírio há a reconstituição do grande Outro que é Deus e Schreber aceita transformar-se em a Mulher de Deus. O sujeito se constituiu pelo delírio, podendo representar-se por um significante para outro significante; e concomitantemente localizou o gozo disperso no campo do Outro divino (Quinet, pág. 51).

Assim, a estruturação do delírio coloca o psicótico numa relação com os outros compatível a que ele tem com o Outro: relação de anomalia radical, fora-do-eixo, como afirma Lacan.

No esquema I, a manutenção do trajeto Saa'A simboliza a relação que formamos, de que a relação com o outro como semelhante são compatíveis com a relação fora-do-eixo com o grande Outro e com tudo o que ela comporta de anomalia radical (Lacan, 1957-58 , pág. 580).

3.2) A esquizofrenia e a paranóia em Lacan

Tanto Freud quanto Lacan mantiveram a esquizofrenia e a paranóia diferenciadas. Estes são os dois tipos clínicos da psicose que se aproximam e freqüentemente se combinam, tendo diferenças claras, mas estão ambos sob a égide da forclusão do Nome-do-Pai.

A distinção está presente desde sua descrição psiquiátrica clássica: enquanto na esquizofrenia preponderamos os distúrbios da associação de idéias (Bleuler), na paranóia predominam as interpretações (Sérieux et Capgras). (...) No registro do imaginário há 'regressão', segundo Freud, ao auto-erotismo no caso dos esquizofrênicos e ao narcisismo na paranóia (Quinet, pág. 59).

No registro do Imaginário: na esquizofrenia notam-se tantos fenômenos que nos fazem pensar no estágio do espelho: as imagens de corpo despedaçado, tendência clara no sentido dessa fragmentação do corpo não unificado, inconstituição do eu e dispersão do sentido; já na paranóia há uma fixação à imagem do outro, personificando a figura do perseguidor.

Em relação ao Real:

No que concerne ao gozo, verifica-se na esquizofrenia a fragmentação do gozo do corpo, da fala e do pensamento – o gozo está disperso e tende a invadir todas as instâncias sem enquadramento algum, de forma anárquica. Na paranóia, em contraposição, há uma concentração do gozo no Outro, na figura do perseguidor, da pessoa amada ou odiada, do traidor etc. (idem, ibidem).

No registro do Simbólico, o Outro do paranóico é o receptor de gozo, o que se opõe a ausência do Outro na esquizofrenia. Ou seja, se na esquizofrenia há uma dificuldade do sujeito se representar e apreender pelo significante, na paranóia há uma fixação, uma retenção.

A fórmula da metáfora:

NP. DM → NP [A]

DM x φ

Na paranóia, diferentemente da esquizofrenia, o significante do Desejo da mãe (DM) está presente apesar de não articulado com o Nome-do-Pai (NP). Na paranóia há DM/x, mas, no entanto não há metaforização uma vez que o NP está ausente – DM/x será suprida com o significante do Ideal: I. Já na esquizofrenia não há inscrição nem do Nome-do-Pai nem no Desejo da mãe (NP₀ e DM₀). Tanto na esquizofrenia quanto na paranóia a forclusão do Nome-do-Pai (NP₀) no Simbólico corresponde à elisão do falo (φ) no Imaginário.

Como característica universal da psicose, na paranóia o Outro não é barrado pelo significante da castração e inclui o gozo. Especificamente na paranóia, pode-se notar que existe uma atribuição subjetiva a esse Outro, é um Outro consistente, personificado: ele está aí, é o fulano de tal que persegue o sujeito. Sendo assim, o paranóico se coloca numa posição de gozo ao Outro.

O sujeito esquizofrênico, como inserido na estrutura psicótica, se apresenta fora do discurso, não se encontra atrelado a uma cadeia de

significante. Isso é demonstrado através de alguns fenômenos esquizofrênicos, como as barragens da fala e do pensamento em que há quebra da cadeia de significante. O esquizofrênico, por exemplo, ouve uma frase que vai interromper-se justo no momento de sua significação, ou então ele está falando e de repente a sua fala some, não há continuação do pensamento. O Outro do esquizofrênico não é subjetivado, nem designado como na paranóia. O que o sujeito ouve são sons que lhe invadem. O que testemunham as vozes? Elas testemunham que o Outro fala, emite significantes que estão do lado de fora por não se ancorar num significante fálico, efeito da não simbolização da castração, que poderia fazê-las calar.

Na esquizofrenia o investimento nas palavras, o delírio, a alucinação e a arte são tentativas espontâneas de cura do autismo, da radical exclusão do discurso como laço social. O autismo é a situação que o esquizofrênico se encontra no sentido de estar fora de qualquer laço, isolado, como todo seu investimento retornando sobre si; ou seja, o gozo concentrado em seu corpo. Quinet lembra que todos os fenômenos da esquizofrenia são tentativas de estabelecer algum vínculo com o outro, tentativas de laço social.

O delírio pode até inventar um outro do amor, pelo qual o sujeito se apaixona. Os delirantes não apenas amam seus delírios como a si mesmos, mas são apaixonados pelo Outro, e são amados do Outro (Quinet, pág. 54).

É por isso que a direção do tratamento no caso da esquizofrenia ocorrer no sentido de estimular a historização dos fenômenos, ajudando o sujeito

identificar em suas alucinações as palavras ouvidas vindas do Outro e favorecer as construções delirantes que lhe permitam circunscrever o gozo.

O analista pode secretariar o esquizofrênico em suas tentativas de estabelecer pares de oposição significativa e promover a pontuação em sua fala para possibilitar a precipitação de sentido (idem, ibidem).

Já o paranóico faz um laço social muito rígido, de acordo com Quinet devido à identificação imediata que faz com um significante ideal, ao qual ele se encontra retido – trata-se de um mecanismo de retenção (*verhaltung*). É o Um, aquele que sabe o que é bom para todos.

Assim, o paranóico é alguém que frente a sua afinidade com o S1 vive de acordo com este, sendo que quando algo o faz escapar e não localiza seu gozo, o paranóico localiza o gozo persecutório num outro à sua volta – gerando incompatibilidade de freqüentar o laço social.

O olhar do Outro é um peso do real, um mal-estar constante de difícil metabolismo no laço social. No entanto, ele está aí incluído, apesar da foraclusão, e contudo, não totalmente incluído, por sua posição estrutural de foracluído do discurso. Mas ele pode falar isso a um analista e daí reenlaçar os vínculos constantemente ameaçados de rompimento (Quinet, pág. 55).

O Outro, para ambas apresentações clínicas não é barrado, ou seja, não é castrado e decorre disto que tanto a esquizofrenia a quanto a paranóia se colocam como objeto de gozo deste Outro. No entanto, o Outro para o paranóico vem personificado, é designado por ele, já na esquizofrenia o Outro está despedaçado e não está presente, volta no Real sobre seu corpo. O delírio também diferencia estas formas clínicas, no caso do paranóico o delírio

é bem formado e consegue dar uma significação para o sujeito, na esquizofrenia o delírio não necessariamente consegue se formar e por isso dificulta a constituição de uma significação.

Assim, estes dois tipos de psicose se estruturam diferentemente e é preciso compreender as bases desta estruturação psíquica específica. Dessa forma é possível uma compreensão mais consistente do que vive o sujeito esquizofrênico e o paranóico, qual é a sua relação com o Outro e, portanto, com o outro semelhante.

Capítulo IV – Sobre a psicose e o laço social

O fora-do-discurso da psicose aponta para uma impossibilidade lógica, estrutural, portanto real, de fazer o psicótico entrar completamente na dança dos discursos, ou seja, de circular pelos laços sociais, participar alternadamente de um ou de outro, dialetizar suas relações, cortar com uns e reatar com outros os laços sociais e com isso dar conta da metabolização do gozo (Quinet, pág. 52).

Quinet entende os discursos como laços sociais, formas de tratamento do real do gozo pelo simbólico. Os discursos existentes são sustentados pelo Nome-do-pai, ou seja, o discurso é um tratamento civilizatório que delinea e regula as relações dos homens entre si que são feitas de libido e tecidas de linguagem.

Dessa forma, o psicótico é estruturalmente aquele que está fora do discurso - não entra na circulação dos laços sociais, é o avesso dos discursos, interrogando as formas de relacionamento humano neurótico, sempre tendo uma função interpretante para nós.

Há também um avesso dos discursos como um todo que é representado pelo avesso ao laço social estabelecido, que é o psicótico. Ele é esse fora que nos remete ao fato de que nós estamos presos aos discursos. Nesse sentido ele é livre: livre dos discursos estabelecidos e seus avessos. Isso significa que há uma impossibilidade real relativa a seu gozo, real a ponto de fazê-lo entrar na circulação dos laços sociais (idem, ibidem).

Lacan situa o psicótico como o mestre e senhor na cidade do discurso, lembra Quinet. Sua entrada no campo social da pólis é como o cavalo de Tróia, imagem de poder e ameaça a Ordem estabelecida.

E ele entra na cidade com a impossibilidade de seu discurso pulverulento, pulverizante e virulento, desfazendo o estabelecido, o instituído, o conhecido, as significações adotadas, as conexões entre significantes e significados, as articulações corporais e corporativas (Quinet, pág. 52-53).

Quinet afirma que há na fala do psicótico uma fragmentação da linguagem, do despedaçamento de seu corpo (na esquizofrenia), na desobediência da partilha dos sexos (tendência ao transexualismo, travessia dos sexos ou empuxo à mulher) por estar para-além da norma fálica e na presentificação da morte como recusa do laço.

Assim, o psicótico não está inscrito no laço social, isso é próprio do neurótico, mas é possível que ele *entre, circule*, em um ou outro discurso e possa viver ali de forma mais ou menos estável. Trata-se aí de uma entrada, incursões e excursões diz Quinet:

As incursões do psicótico nos laços sociais, às vezes são excursões – ele faz circuitos entre os laços sem entrar neles (veja os loucos de rua percorrendo caminhos não-traçados, virgens de trilhas). As incursões são feitas geralmente no discurso do médico e no discurso do universitário (Quinet, pág. 53).

De qualquer forma, Quinet lembra o ataque que o psicótico pode fazer ao social:

Ele também ataca o laço social não só não entrando nele mas criticando-o, apontando suas impossibilidades, e denunciando

o semblante social. Ele aponta igualmente a inconsistência do Outro: o Outro como garantia da lei e do amor. Outras armas que ele utiliza para rasgar os semblantes e acabar com o Outro no social são a ironia, o cinismo e a descrença (idem, ibidem).

Em consonância com a concepção lacaniana de psicose, Calligaris elabora o conceito de errância psicótica, não no sentido do erro, mas errar no sentido de atravessar o mundo e seus caminhos.

Trata-se de um horizonte de significações que não é organizado ao redor de uma significação central que organizaria todas as outras. E, como consequência dessa posição, o sujeito tem que errar. Mas errar não na procura de algo que poderia ser encontrado como significação final, nada disso. Isso seria mais o 'erro neurótico' do que o 'errar psicótico'. Errar porque não existe um lugar a partir do qual podemos medir a significação do que estamos fazendo. Nesta medida é evidente que a única coisa que resta é percorrer todos os caminhos. O que resta é um percurso infinito, um percurso sem parada. Vale a pena notar: um percurso infinito, mas um infinito não idealizado como o infinito de uma procura. O infinito de um mapa, o que é bem diferente. O infinito de um mapa poderia ser o mapa, não da terra, mas do céu, um mapa do infinito (Calligaris, 1989, pág. 13).

Novamente aqui a distinção entre a neurose e a psicose é esclarecedora. O neurótico possui uma amarragem central que dá sentido às significações. O psicótico não tem uma amarragem definitiva, o que faz com que ele circule e deslize nessa amarragem.

O sujeito neurótico, que resolveu confiar na função paterna, está referido a um saber e habita um mundo orientado, organizado ao redor de um pólo central ao qual se devem e se medem todas as significações (Calligaris, 1989, pág. 15).

Em relação ao psicótico *“tampouco haverá organização centralizada do seu saber e do seu mundo. Ele estaria circulando em uma figura não orientada”* (idem, ibidem).

Assim, o saber neurótico é distinto do saber psicótico, pois as significações do psicótico não estão ligadas a um esquema central. Sobre esse saber Calligaris nos diz:

A vida do neurótico é um rumo no qual a significação é dada por uma orientação em relação a qual há erros, mas não errância, esta orientação sendo exemplarmente a necessidade, o serviço da dívida paterna. Já a vida do psicótico é uma errância, mas nem por isso sem significação (Calligaris, 1989, pág. 17).

Ocorre que a significação do psicótico ocorre sem um saber, sem um sujeito suposto desse saber. Cabe a ele produzir o tecido desse saber, e por isso diz-se uma errância infinita. O neurótico articula o saber ao pai, o psicótico, por não ter esse suposto,

(...) deve ser pelo menos pelas trilhas de sua errância, mas também só pode ser produzido na superfície da coisa mesma, como um casulo ao redor da coisa mesma (Calligaris, 1989, pág. 18).

Portanto, nessa errância da psicose aparece uma marca da loucura, do louco – um tempo e um ritmo sem sentido, um tempo sem tempo – um tempo infinitamente circular. Um tempo onde ele não é sujeito de seu próprio desejo. Daí decorre toda uma circulação sem parada, sem lugar de chegada. Esta é a circulação psicótica.

Capítulo V – Articulações teórico-clínicas

A seguir apresentarei duas vinhetas clínicas, com o objetivo de elucidar as considerações feitas sobre a constituição psíquica da psicose e a especificidade da esquizofrenia e da paranóia. São dois casos que penso contemplar uma reflexão sobre esses dois tipos clínicos. A primeira vinheta é de um paciente paranóico que atendo no consultório; já o segundo caso, trata-se de um paciente esquizofrênico com delírios e alucinações de cunho paranóide que acompanho no grupo de psicoterapia do Hospital-dia A Casa. Ambos tiveram seus nomes alterados neste relato.

5.1) ‘Eu não existo’ – a cegueira e a psicose.

O caso a seguir descrito é de um paciente por mim atendido no consultório. Trata-se de um paciente com um quadro grave de paranóia.

Walter chega ao consultório dizendo que precisa de ajuda – ‘na verdade não só ajuda’, diz ele, ‘preciso de tudo, estou cego: não me enxergo e não enxergo nada’ (sic). Diz que na sua vida tudo está esgotado, nada mais existe com base. Walter afirma repetidamente que não tem mais estrutura nenhuma

para nada, sente-se enfraquecido psicologicamente, emocionalmente e até mesmo fisicamente.

A imagem da cegueira se mantém no seu pedido: precisa que eu o ajude a enxergar o mundo e se enxergar. Walter não entende porque recorrentemente tem uma sensação muito esquisita e inexplicável: ele não existe. Esse pensamento vem freqüentemente em sua cabeça durante o dia. Todos os dias. Walter diz não sabe quem ele é, sente que é uma alma vazia num corpo qualquer.

O olhar do analista é convocado e rapidamente transforma-se numa referência. Walter tenta captar neste olhar o que está causando, o que sua imagem e palavras provocam. Qualquer desvio de olhar é interrogado: 'está assustada com o que digo? Acha que eu sou inferior?'

Há aí, um relato de um corpo despedaçado, desprovido de totalidade. Trata-se de um corpo que existe à luz da dependência do olhar do Outro. É esse olhar que diz ao sujeito quem ele é, porque por si ele não existe. O analista, no lugar de Outro, é aquele que encarna o olhar analisador e julgador. O sujeito é aquele que é olhado e desprovido de olhar próprio: é cego - não enxerga e não se enxerga.

Walter tem 50 anos, é aposentado por uma agencia bancária e conta que está profundamente deprimido há muito tempo. O que aconteceu mais recentemente na sua vida foi a separação da ex-mulher. Foi ela quem tomou tal decisão e Walter, que ainda não consegue nomeá-la como ex-mulher. Diz que não tem como se acostumar depois de passar 15 anos com ela. 'Estou

sem referências, a Alessandra era tudo para mim. A gente brigava, mas ela era minha mulher, minha mãe, meu pai, tudo. Era o que eu tinha'. Alessandra não abre a possibilidade de retomarem, mesmo com a insistência de Walter diz que a separação é melhor para todos.

Walter também conta de suas preocupações com o filho, de seis anos. Ele diz que ficou com muito medo de perdê-lo também, deixar de ser seu pai. 'Eu sei que só me separei da mãe dele, mas fiquei apavorado que também acabasse me afastando dele, por isso *colei nele*'. *Colar nele* quer dizer, Walter passa grande parte do seu tempo com o menino, e fica muito preocupado com não fazer nada de errado com ele, afinal é só uma criança e não pode ver o pai daquele jeito – chorando, sensível, com medo. Seu filho está fazendo terapia, mas que ainda espera que os pais voltem, e por isso eles ainda se beijam na boca na sua frente. Acham que ele está aceitando gradualmente a separação.

Walter diz que com esse movimento de colar no filho acabou fazendo uma *inversão de papéis*. É mais materno com o filho, não sabe por quê. Isso está presente não só na relação com o filho, mas com Alessandra, e outras pessoas com quem se relaciona. Ele acha que sua relação com o filho tem a ver com sua relação com seu pai. Walter percebe que se trata de uma repetição, diz: 'ando em círculos o tempo todo, fico repetindo sempre as coisas, não sei por que'.

Walter diz que seu pai e sua mãe eram pessoas muito problemáticas. Seu pai era policial, segundo ele uma pessoa boa, mas era corrupto na vida profissional e pessoal. O pai corrompia até ele, quando chegava em casa tarde

e dava dinheiro para que abrisse a janela da casa sem que sua mãe soubesse. Segundo Walter conta, o pai abusava de álcool, e isso gerara brigas horríveis entre ele e sua mãe, que batia nele na frente de todos. 'Era um trauma', define.

Quando Walter tinha 13 anos, o pai foi preso, descobriram algo que ele havia feito de errado. Ele lembra que nesse dia quando estava para ser preso ele disse que estava indo viajar, e Walter diz que esse foi o dia que seu pai o abandonou. Como moravam numa cidade pequena no interior de São Paulo, todos souberam sobre seu pai, foi uma desmoralização, e Walter, um irmão e uma irmã vieram morar na capital com os tios. A mãe ficou no interior, Walter não sabe dizer o porquê, mas ela também era muito problemática.

Walter diz que não foi criado por ninguém, ele se criou. Com isso, diz que é alguém que não tem referências. Ele se viu abandonado justamente no momento em que o pai fracassa enquanto lei frente à sociedade. Antes de ser preso, o pai era uma lei esgarçada, um pai corrupto mesmo com o filho criança, com a mãe, na profissão. Quando é preso, o pai nem ao menos assume o motivo de seu fracasso e passa a ser o motivo de desmoralização da família inteira. Fica evidente, nesse momento, que o pai não está como função simbólica para Walter que diz que a partir deste momento não poderia mais morar naquela cidade, os olhares de reprovação dos outros sempre estariam presentes. Aí o olhar se instaurou como ação que diz quem é o sujeito a partir de um julgamento do social.

Walter diz que foi abandonado 'desde sempre' (sic) e acha que é por isso que sempre faz inversões de papel em vários de seus relacionamentos:

com a ex-mulher, com pessoas importantes que conheceu no passado, com o filho etc. Sobre essas inversões de papel diz: ‘projeto demais meus pais’ - ora busca outros que sejam seus pais, ora fica cuidando das pessoas para que gostem dele. Walter diz: ‘sempre me senti muito rejeitado e isso me assusta demais, sempre. É um horror inexplicável que sinto, não tem nem palavras’.

O horror inexplicável de Walter decorre do fato de não haver acesso ao significado: significante e significado estão soltos. É essa a condição da psicose. O significante Nome-do-pai não foi inscrito, não houve metáfora, mas sim forclusão. E isso está para o sujeito: uma vida sem acesso ao sentido das coisas. Aqui podemos retomar o ponto teórico de que na psicose não há discurso, afinal o psicótico pode circular por um ou noutro discurso, mas este não se sustenta e resta o horror inexplicável e sem palavras: não há discurso que explique o que vive, é um horror sem palavras, como diz.

Sobre as *pessoas importantes* Walter conta que conheceu em 1986 duas pessoas sérias e boas que marcaram sua vida: um médico islâmico e um jornalista e escritor cristão. O médico foi alguém que Walter procurou para ajudá-lo e que acabou levando-o para sua casa, quis cuidar dele (‘ou pelo menos eu entendi assim’, diz). Este médico conversava com ele muitas coisas sobre religiões e disse que queria apresentar um amigo dele que era cristão como Walter e que ele achava que também poderia ser alguém para ajudá-lo.

Walter diz que essas pessoas são boas, mas são ‘clássicos’, pessoas muito superiores a ele, com formação intelectual, profundamente inteligentes. Ele não sabe se eles o trataram como burro, ou se ele se sentia burro – há uma

dúvida. Ele sempre se sentiu burro porque nunca entende o que as pessoas dizem, suas palavras: 'sou um analfabeto do mundo, preciso que você me ajude a entender'.

Assim, Walter diz que desde que conheceu essas duas pessoas, tem pensamentos de horror: são como uma voz que sempre fala com ele. Em geral diz que eles, o médico e o jornalista cristão o odeiam, desprezam, maldizem de sua origem familiar e dizem que é burro. Ele diz que não entende, que eles disseram que queriam ajudá-lo e que poderiam ser seus amigos, mas isso não teria como acontecer porque são nobres, são de outra estirpe. Há na figura destes dois *clássicos* uma personalização radical da figura de perseguidor: ela se mantém mesmo depois de anos em que Walter não encontra com eles. Surgem novos perseguidores, mas os antigos se mantêm, e Walter continua sempre ouvindo suas vozes atormentadoras.

O delírio e a alucinação vêm de fora, o sujeito sente-se invadido, sem entender do que se trata. Por que estão fazendo isso com ele? O que ele fez para merecer isso de pessoas pelas quais tem consideração? Pessoas clássicas, evidentemente, que estavam no lugar de Outro para Walter. Eram sujeitos que portavam significados que ele não entendia, mas supunha saber e importância. Walter, inclusive, quis que eles cuidassem dele do lugar onde não se sentiu cuidado. Diz: 'acho que eles começaram a rejeitar quando perceberam que eu queria que eles cuidassem de mim como pai e mãe, perceberam que eu amava os dois e suas mulheres'.

O delírio retorna do Real com o que não pode ser simbolizado, por que essas pessoas se afastaram dele, o desprezaram e agora querem exercer alguma dominação? Até hoje ele ouve principalmente a voz do escritor cristão, que diz o odeia, e sempre fica muito assustado e confuso porque não entende como fizeram isso com ele: 'ele é uma pessoa boa, e é tão superior a mim, por que quer exercer essa dominação sobre mim? Que eu fiz para merecer isso, não sou ninguém, eles que são'. Trata-se de um Outro típico da paranóia, que é o receptor de gozo, um Outro consistente e perseguidor.

Assim, as tentativas de entrada no laço social de Walter são tais que ele transita, faz incursões e excursões, mas não se sustenta nele: sempre aparecem perseguidores, pessoas superiores, que o desprezam. Há uma auto-referência constante, embora se questione o que fez para merecer; as alucinações são continuas e embora não constitua um delírio complexo Walter sente-se perseguido e desprezado continuamente.

Walter conta sobre outros tratamentos que fez, e em todos os casos a figura de quem o trata se transforma em pessoas que o rejeitam, não querem mais ouvi-lo (diz até que uma das médicas dizia que não o suportava mais), manda-o embora. Também diz de uma médica que conversava com pessoas invisíveis na sua frente, tinha olhos que se dividiam como uma membrana de cobra, camaleão ou coisa assim e que lhe dizia ser sua essência boa. Walter imaginava que ela estava o sugando (sic). Assim, estas transferências possibilitaram tanto a construção de uma idéia persecutória persistente: quando procura outros tratamentos, Walter relata o medo que viveu com aquelas pessoas, e o terror diante de alucinações que ainda tem com elas.

Ele diz que sente que quando fala comigo eu estou ouvindo e posso ser sua interlocutora, ajudá-lo a ir para algum lugar. Diz que suas outras médicas fizeram uma irresponsabilidade, foi como se largassem a mão de uma criança inocente que não sabe andar. Ele diz que precisa sair do lugar agora. Walter busca na transferência com o analista, alguém que ocupe o lugar de Outro que não o rejeita, compreenda e através do olhar dê para ele um retorno. Ele pede explicitamente que eu retorne tudo o que pensar sobre ele, não o deixe perdido sem saber o que estou vendo. Esse pedido decorre, evidentemente, do histórico já relatado de alucinações e interpretações delirantes de cunho persecutório com as pessoas que o trataram.

Assim, sua cegueira vem da confusão que sente por não entender nada, não saber nunca se gostam ou não dele, sempre achar que deve tentar agradar os outros porque se não será rejeitado de novo. Frente à sua cegueira, o olhar do Outro é convocado. É uma transferência intensa pois exige cautela do olhar do analista, o que pode ser dito ou visto pode conduzir a um Outro perseguidor facilmente – como Walter mesmo relata da experiência com tantos profissionais que o atenderam.

Walter diz que não quer me preocupar, mas a vida dele está muito séria, não tem nenhum tijolo, não tem nada construído e as coisas só continuam a cair. Aí poderíamos pensar novamente na metáfora do tamborete proposta por Lacan. Quando Walter diz que não tem nenhum tijolo e que as coisas continuam caindo, entende-se: não há estrutura. O sujeito podia estar vivendo sem surtar, mas sua condição é estrutural: falta-lhe algo essencial, sua condição atual trouxe isso à tona.

Podemos pensar através da teoria e do relato de Walter que o casamento com Alessandra permitia-lhe algumas muletas imaginárias com as quais circulava pelo social. Assim, vivia uma relação conflituosa com Alessandra, mas afirma que ela era uma referência muito forte: ela dizia o que dava ou não para ele fazer, aonde saíam etc. Após a separação diz que fica sem essa base, precisa morar sozinho, não sabe o que fazer no seu apartamento e fica isolado porque não sabe se relacionar com ninguém que não Alessandra.

Dessa forma, não é por acaso que Walter fica muito sensível na relação com os outros e tem muitas alucinações e construções paranóicas no momento de separação de uma referência afetiva e saber sobre ele. Um Outro que lança um olhar que o inclui, reconhece e possibilita muletas imaginárias para sua circulação psicótica.

‘Sou muito sensível, preciso que você conserte meu cérebro porque eu não consigo nada: não sou nada. Fui um fracasso na profissão, tenho medo de perder meu filho, de fracassar também como pai. Estou apavorado’.

5.2) O “nome-da-mãe”, o psicótico e o contrato social.

Caio tem 25 anos quando é encaminhado ao hospital-dia. Já passou por uma série de internações, todas elas muito complicadas, uma vez que são entendidas por ele como punição de seus pais. A medicação e o tratamento no hospital-dia são encarados por Caio e, inicialmente de forma interada por sua família, com muita resistência.

O discurso da família é de que o que Caio vive é decorrente exclusivamente do uso de drogas na adolescência. Caio também acha que esse é o seu problema: acredita que precisa de qualquer forma evitar a tentação da droga, porque o que mais o assusta é a perspectiva de ser internado outra vez: ‘é a pior coisa do mundo, um desespero que quem está aqui fora não sabe, eu não posso mais viver isso’. Quando internado ele conta que chorava o dia inteiro, gritava, pedia ajuda. Diz que se sentia como um bebê quando fica chorando desesperado pedindo socorro da mãe e ela não vem.

Caio aos poucos fala sobre outras coisas para além do uso de drogas e do medo de ser internado: fala sobre as complicadas e complexas relações entre seus familiares e acontecimentos na sua adolescência. Vale esclarecer que Caio é tratado por uma equipe clínica que trabalha a partir da hipótese diagnóstica de uma esquizofrenia composta por delírio e alucinações de cunho paranóide. Vejamos como Caio e sua família vão contando sobre a condição estrutural e sobre o seu lugar como porta-voz do que acontece nesta dinâmica familiar.

Caio conta que na adolescência, por muito tempo ouvia vozes que lhe diziam algo, ouvia as pessoas fazendo telepatia, ou mesmo o que pensavam. Quando trabalhou num restaurante por um tempo na adolescência, ouvia até as mesas e cadeiras conversarem. Na hora do almoço era um barulho insuportável de vozes, e ele ficava muito nervoso porque não entendia nada. Também via vários olhos pequenos, pairando no ar. Eles ficando olhando o tempo todo.

Caio também ouvia vozes dizendo que estavam contra ele. O pai, o irmão, amigos. As vozes o deixavam muito confuso e ele vivia a dúvida do que eram aquelas vozes e as coisas que via, eram coisas inacreditáveis, via imagens fantásticas, que “não podiam acontecer de verdade, eram tão absurdas que não podiam vir só da cabeça dele” (sic). Segundo ele, não tem tanta criatividade para inventar tanta coisa louca, por isso ficava e até hoje fica na dúvida porque não podia ser uma invenção sua.

Nos grupos que conta mais abertamente dessas alucinações visuais e auditivas Caio confessa a desconfiança que vive: não sabe se colocamos alguma coisa na sua comida, se tem câmeras em todos os lugares ou se tem um computador que registra tudo o que ele pensa, para que a gente o controle.

Assim, podemos pensar que Caio viveu, sim, algo que produziu no momento de sua adolescência um encontro tal com o Real que produziram um retorno de vozes e imagens que ele não entendia, alucinações que o tiravam da realidade compartilhada. São vivências delirantes que podem ter sido

estimuladas pelo uso de drogas, mas parecem evidenciar que havia ali uma estrutura psicótica que até então se sustentava sem surtar.

Deve-se notar que embora algumas das alucinações de Caio apontem para um Outro que olha, persegue e controla, não apontam para um Outro personificado como aquele que o persegue. Muitas vezes são imagens fantásticas, bizarras. Há um teor paranóide, que de fato vem associado a sua complexa condição estrutural psicótica, mas vale pensar mais sobre esta condição estrutural e a dinâmica dessa família.

Caio briga muito com a equipe em relação à sua medicação, sempre afirmando que não concorda e se sente uma cobaia. Seu pai é psiquiatra, e inicialmente também não acha que o filho precise de medicação. 'É preciso apenas que ele saia da abstinência', diz. As reuniões familiares são marcadas com frequência para que a família possa diminuir a resistência em relação ao tratamento, podendo entender que o que Caio vive e também o que isso diz deles. Isso de fato vai produzindo movimentos na família, que vai se autorizando a contar o que viveram.

Além de ouvir vozes, Caio diz que não entende nada do mundo (sic), precisa que a gente explique sobre a vida para ele. Diz que não entende o que as pessoas esperam umas das outras, que nunca se relacionou tão de perto com ninguém que não seus pais. Isso diz do seu isolamento no laço social, Caio diz que não queria ir ao hospital-dia porque por ele ficava o dia todo em casa, vendo televisão e dormindo. Na relação com os colegas de tratamento, sempre que não entende algo fica confuso e agressivo. Isso rendeu algumas

brigas no grupo, incluindo discussões com uma paciente com quem viveu uma aproximação amorosa e depois se afastou dizendo que ela não era nada para ele. Caio ficou muito confuso sobre o que sentiu, disse que nunca havia sido amigo de verdade e confiando em alguém.

Caio é o filho mais novo, tem um irmão e uma irmã. Os pais contam que quando a mãe de Caio estava grávida dos irmãos, o pai ficou horas na frente de uma lousa escrevendo palavras. O nome dos irmãos de Caio são bem inusitados, foram nomes dados – inventados - pelo pai, com misturas dessas palavras de sua lousa. Caio é o único filho que o pai não escolheu o nome, foi sua mãe que escolheu.

Outro acontecimento relevante: quando Caio foi encaminhado para o hospital-dia, sua mãe compareceu para uma entrevista inicial. Nesse momento, ao preencher uma tabela de dados do paciente, ela escreve o nome do pai de Caio e, em seguida, risca o mesmo da folha. Interrogada pela psicóloga, a mãe diz que o pai não participará do tratamento, apenas ela, e prefere não dizer o nome do pai de Caio. Sem entender, mas atenta ao significado dessa recusa da mãe, a psicóloga ainda insiste em entender: a ela então diz que o pai é um psiquiatra e que não poderá incluir seu nome por questões éticas.

Assim, a relação de Caio com a mãe, é bem próprio de muitas mães com seus filhos psicóticos no sentido de uma simbiose, de uma relação tal que a mãe conta que ela era professora e parou de lecionar para cuidar de Caio. Ela diz dessa relação ser assim no passado e de reconhecer na atualidade as dificuldade por não conseguir bancar limites com o filho, por exemplo em

relação a medicação e aos combinados sobre o horário do tratamento de Caio. Há sempre um descombinado: as coisas são facilmente contratadas e descontratadas. É esse o ritmo do tratamento com essa família: contratos feitos a cada semana.

Assim, de maneira não dita Caio é filho de sua mãe, que resiste a incluir o pai de Caio, seu lugar e palavra. Há de uma maneira bem nítida uma ausência de registro de um Outro barrado, submetido e transmite a lei. Caio esteve como filho fálico desta mãe por muito tempo, com o pai ausentado e de certa forma desautorizado de sua suposta função simbólica, e agora a família vai acompanhando as conseqüências.

Durante os dias que estava mais confuso, Caio andava pelo hospital-dia com um copo de plástico. Ficava cuspidando nesse copo o tempo todo, dizendo que não podia engolir a saliva quando pensava em algo errado – quando tinha vontade de usar droga ou quando queria bater em alguém, por exemplo. Mesmo depois de conversarmos no grupo com ele, e ele entender que não era engolir essa saliva que faria com que aquilo acontecesse ou não, Caio pára de cuspir, mas depois de alguns grupos pergunta: ‘se eu prender o ar, não respirar, e ficar pensando em alguém, pode acontecer alguma coisa com ela? Ou se imaginar que vocês bateram o carro, e se isso acontecer?’. Assim, Caio vive fenômenos no corpo, dúvidas de despedaçamento e de indiscriminação com o Outro típicos dos fenômenos da esquizofrenia.

Há de se notar a gravidade do empobrecimento simbólico do paciente. Quando Caio diz que não entende sobre os relacionamentos, por exemplo,

porque os pais se separaram: ele diz que não sabe, que acha que pode ser por sua culpa. Depois diz que não, que não deve ser só por isso, mas não sabe por que. É um desconhecimento que diz de sua condição de alienação frente ao Outro, é preciso um trabalho de historização, de nomeação, enfim, Caio não tem nomeado experiências muito primitivas. Orientamos para que ele pergunte por exemplo por que os pais decidiram se divorciar, e que no grupo possamos conversar e ver o que ele vai entendendo.

O que Caio não sabe é que seus pais já estavam para se separar há algum tempo, como contam para os terapeutas de família. Eles só não se separavam porque não sabiam o que fazer com ele, especialmente quando havia alguma situação difícil com o próprio – alguma briga, preocupação com o uso de droga etc. Esses pais chegaram a fazer um contrato social, que Caio foi obrigado a assinar na saída de uma de suas internações. Esse contrato diz o que ele pode e o que não pode fazer: não pode usar drogas, brigar e agredir os pais e irmãos, não pode arrotar na mesa; enfim, não pode fazer muitas coisas que os pais entendem como desrespeito.

É dessa forma que o limite chega a Caio: trata-se de um contrato social referente a comportamentos. Não há termos simbólicos nesse contrato, trata-se apenas de modular o que o filho pode ou não fazer. A lei é uma lei puramente comportamental.

Os pais de Caio são pais extremamente ambíguos. Buscam o tratamento para o filho, mas não admitem sua necessidade. Combinam e descombinam regras, fazem um contrato social, mas não são rígidos com os

limites. A mãe é quem mais atua no sentido do descombinar, o pai é aquele que coloca limites muitas vezes com agressão física. Um dia o pai chamou Caio em seu escritório e deu um soco em seu rosto.

O que Caio pode fazer? Os pais, especialmente o pai, esperam que Caio faça faculdade de Medicina. Ele pode estudar. Há aí uma profunda negação do que Caio vive, e o pai é alguém bem duro com ele, exige que realize o que imagina ser o melhor para o filho. Caio repete o tempo todo que precisa estudar, terminar logo o tratamento para fazer a faculdade. É o discurso do pai. No entanto, frente a seriedade de seu quadro psicótico, Caio não consegue entender nada, quanto mais os livros para o vestibular que o pai lhe dá de presente. Ele passa semanas lendo um texto sobre ecossistemas, repete tudo que lê, entende muito pouco. Assim o quadro de dificuldade simbólica é muito grave, e é tanto de Caio quanto de seus familiares.

Atualmente, os pais oscilam ora quase não impondo limites a Caio, ora impondo no registro da violência. E é nesse ritmo que Caio segue seu tratamento no hospital-dia. Há uma aposta de que, gradualmente, Caio possa ir compreendendo algumas coisas do mundo – como diz. Trata-se de entender o que este vive nas suas relações com os outros e com o Outro, que o levaram a sua condição atual. Trata-se aí da estimulação em relação à historização dos fenômenos, no sentido de ajudar Caio a identificar em suas alucinações as palavras ouvidas vindas do Outro e favorecer as construções delirantes que lhe permitam circunscrever o gozo. Também é preciso construir com sua família uma possibilidade de reflexão e simbolização sobre esta dinâmica familiar e

suas conseqüências, abrindo a possibilidade para algumas alterações do que vivem. Há, nesse sentido, um caminho a ser percorrido por Caio e sua família.

Considerações finais

O presente trabalho teve o objetivo de num primeiro momento retomar a conceituação teórica da constituição psíquica da psicose em Freud e Lacan, podendo posteriormente levantar algumas considerações sobre a esquizofrenia e a paranóia.

Em relação a retomada teórica acredito que o trabalho possibilitou um aprofundamento do que os dois autores produziram que ajudam a diagnosticar a psicose. É preciso lembrar o que Freud trabalhou, o que avançou quando escreveu de um caso célebre como o Schreber o é. Retomar Lacan parece muito interessante, pois este retomou as idéias freudianas e produziu teorizações que colaboram muito no entendimento da psicose – como, por exemplo, o estágio do espelho e a forclusão do Nome-do-Pai.

Esses dois tipos clínicos da psicose são encontrados na clínica com frequência. Considero que esclarecer sobre a constituição da psicose e delinear as particularidades da esquizofrenia e da paranóia é importante, no sentido de que, em psicanálise, o diagnóstico diferencial é fundamental para a definição do tratamento do paciente.

Assim, no primeiro caso apresentado pude expor um caso de paranóia que considero bastante ilustrativo, quase ‘caricato’ desse tipo clínico que é a paranóia. Já o segundo caso apresentei com a idéia de poder pensar numa certa combinação da esquizofrenia com a paranóia, uma vez que observamos

nos delírios e alucinações do paciente conteúdos paranóides, mas que estruturalmente o caso aponte para um quadro de esquizofrenia, inclusive pela relação deste com o Outro – não há um Outro consistente, há um predomínio da indiscriminação do sujeito com o Outro, da lei simbólica enfraquecida, e demais pontos levantados no relato. Marco que este caso está ainda está em fase inicial de tratamento, mas que o apresentei por também considerá-lo interessante no sentido de elucidar pontos da teoria.

Assim, acredito que o presente trabalho levanta pontos relevantes acerca da psicose. Acredito que para os psicanalistas é muito rico o estudo dessa estrutura, sendo muito importante estar claro o diagnóstico diferencial para que o tratamento seja pensado e leve em consideração o que viveu aquele sujeito e quais são as bases de sua estrutura psíquica – é preciso que o psicanalista note a ausência estrutural do tamborete psicótico e prossiga no seu trabalho a partir daí.

Referências bibliográficas

DOR, Joel. *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. Arte Médicas, Porto Alegre, 1989.

DOR, Joel. *O pai e sua função em psicanálise*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1991.

FREUD, S. *As Neuropsicoses de Defesa*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, volume XIX. Rio de Janeiro, Imago, 1894.

FREUD, S. *Schreber*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, volume XIX. Rio de Janeiro, Imago, 1911.

FREUD, S. *O Ego e o Id*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, volume XIX. Rio de Janeiro, Imago, 1916-1917, pág. 520).

FREUD, S. *Neurose e psicose*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, volume XIX, pág. 187 -193. Rio de Janeiro, Imago, 1923.

FREUD, S. *A perda da realidade na neurose e na psicose*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XIX, Rio de Janeiro, Imago. 1924.

JULIEN, Philippe. *Psicose, perversão, neurose – A leitura de Jacques Lacan*. Editora Companhia de Freud, Rio de Janeiro, 2002.

LACAN, Jacques. O Seminário de Jacques Lacan - Livro III, *As psicoses*. Jorge Zahar Ed., São Paulo, 1955-56.

LACAN, Jacques. *A forclusão do Nome-do-pai e A metáfora paterna*. In: O Seminário de Jacques Lacan - Livro V, *As formações do inconsciente*, capítulo VIII e IX, pág. 149 – 184. Jorge Zahar Ed., São Paulo, 1957-58.

LACAN, Jacques. *O estádio do espelho como formador da função do eu*. In: *Escritos*. Jorge Zahar Ed., São Paulo, pág. 96 - 103, 1949.

LACAN, Jacques. *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose*, In: *Escritos*. Jorge Zahar Ed., São Paulo, pág. 537 – 590. 1957-58.

QUINET, Antonio. *Teoria e clínica da psicose*. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2006.

QUINET, Antonio. *Psicose e laço social*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 2006.

SOLER, Collete. *O inconsciente a céu aberto da psicose*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 2007.